



Anais da Assembléia

Nº 052

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 14 DE MAIO DE 1991

ANO XVII

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 40.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 1991

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Afonso Júnior, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton César Servo, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni e Toti Colaço (47), achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Costenaro Neto, Dirceu Manfrinaro, Geraldo Cartário, Luiz Antonio Setti, Neivo Beraldin, Plauto Miró Guimarães e Severino Félix (07).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. - Aprovada.

O DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, requeiro verificação de votação da Ata.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, solicito chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e irá proceder à chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal)

Responderam à chamada, 33 Srs. Deputados.

Em votação a Ata. - Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIO

Sob os números DTL/SAT/128 a 134/91, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os projetos de lei n.ºs:

83/91 - De autoria do Deputado DOMINGOS CARVALHO, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná a ARY GRILLO DE SOUZA LOBO, o qual convertido em Lei tomou o número 9597. - Anote-se. Arquite-se.

100/91 - De autoria do Deputado RAFAEL GRECA DE MACEDO, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Cel. CÂNDIDO ALVES DE SOUZA, o qual convertido em Lei tomou o número 9598. - Anote-se. Arquite-se.

22/91 - De autoria do Deputado GERALDO CARTÁRIO, que declara de Utilidade Pública o DEPARTAMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL DA IGREJA EVANGÉLICA AVIVAMENTO BÍBLICO, com sede e foro em Curitiba-PR, o qual convertido em Lei tomou o número 9599. - Anote-se. Arquite-se.

62/91 - De autoria do Deputado DJALME DE ALMEIDA CÉSAR, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA ESTADUAL GIL STEIN FERREIRA, com sede e foro na cidade de Ivaí, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o número 9600. - Anote-se. Arquite-se.

65/91 - De autoria do Deputado RENATO ADUR, que institui o dia 02 de julho como o dia estadual comemorativo da categoria dos vigilantes, o qual convertido em Lei tomou o número 9601. - Anote-se. Arquite-se.

80/91 - De autoria do Deputado RENATO ADUR, que declara de Utilidade Pública o HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO, sediado em Pitanga-PR, o qual convertido em Lei tomou o número 9602. - Anote-se. Arquite-se.

85/91 - De autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que declara de Utilidade Pública

Estadual a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, com sede e foro em Alto Piquiri, o qual convertido em Lei tomou o número 9603. - Anote-se. Arquive-se.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1047

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo Art. 187, § 4°, do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos Projetos aprovados em 2ª Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 14.05.91.

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO N° 1060

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a anexação do Projeto de Lei n° 115/91, ao Projeto de Lei n° 114/91, ambos de autoria do Deputado João Preis, de acordo com o Art. 121, do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 14.05.91.

(a) MÁRIO BEZERRA

REQUERIMENTO N° 1048

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de pesar pelo falecimento do Sr. ARLINDO GREGÓRIO TOLEDO, ocorrido em 11 de maio do corrente ano, no Município de Ivaiporã-PR.

Sala das Sessões, em 14.05.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1044

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao povo de Mandaguari, pelo transcurso de mais um aniversário do município, comemorado no dia 06 de maio corrente.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa seja dada ciência ao Sr. Prefeito Municipal, Carlos Alberto Campos de Oliveira e à Câmara Municipal de Mandaguari, a pessoa do seu Presidente, Vereador Jorge Moisés Hamet Filho.

Sala das Sessões, em 14.05.91.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Aprovando o presente requerimento, a

Curitiba, terça, em 14.05.91

Assembléia Legislativa estará prestando uma justa homenagem a um dos mais pujantes municípios do Estado, no mês em que o povo e o governo comemoram mais um aniversário. Particularmente fico feliz com o evento e o progresso de Mandaguari, pois residindo por algum tempo no município, lá deixei amigos e carrego, junto com minha família, boas lembranças de uma gente pacata e ordeira que sabe acolher todas as pessoas como legítimos filhos da terra.

REQUERIMENTO N° 1049

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, votos de congratulações ao Dr. Francisco Grupenmacher, pela conquista do Prêmio Varilux.

Sala das Sessões, em 14.05.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Concedido pela Sociedade Brasileira de Oftalmologia, o Prêmio Varilux destina-se ao autor do melhor trabalho em oftalmologia apresentado por médicos de todo o país e julgado pela S.B.O.

Neste ano, o trabalho premiado foi do paranaense Francisco Grupenmacher, profissional sério e reconhecidamente dedicado. De família tradicional da capital do Estado, o Dr. Francisco já conquistou outros prêmios, coroando de êxito sua carreira ainda jovem.

Além de associar-se às manifestações por mais uma importante conquista, tem este requerimento o sentido de cumprimentar um médico dotado do mais elevado espírito social. Inúmeras são as pessoas carentes atendidas graciosamente pelo Dr. Francisco, inclusive para procedimentos cirúrgicos de custo elevado.

Trata-se de pessoa realmente merecedora de nossos cumprimentos, principalmente por elevar o nome do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO N° 1054

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo Votos de Congratulações à Vereadora Rosa Maria Chiamulera e a empresária Marina Taniguchi, por haverem sido admitidas no Rotary Club.

Sala das Sessões, em 14.05.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Dedicando completa indiferença às manifestações "medievais" de conservadores, à admissão da vereadora de nossa capital Rosa Maria Chiamulera e da empresária grá-

fica Marina Taniguchi, deve o Poder Legislativo do Estado cumprimentar duas bravas mulheres pelo reconhecimento ao trabalho que desenvolvem pelo Paraná e sua população, no momento em que são admitidas no conceituado Rotary Club.

A modernidade, a democracia, estes tempos de consciência impõem ao Poder Legislativo solidarizar-se com os homens e mulheres emprestados ao trabalho de construção de uma nova sociedade -- luta em que se destacam Rosa Maria e Marina -- essas bravas rotaryanas.

Que do presente se dê ciência às homenageadas, aos conselhos Municipal e Estadual da Condição Feminina, e ao Presidente da Câmara Municipal de Curitiba.

REQUERIMENTO N° 1059

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve adiante, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a formulação e inserção em Ata de Votos de Congratulações, à Editora OPR Ltda, da cidade de Cascavel, neste Estado, pelo 15° Aniversário de circulação do Jornal "O Paraná", que acontece no próximo dia 15 de maio.

Requer, igualmente, do aprovado comunicação ao Senhor Emir Sfair, ilustre editor do referido diário jornalístico, à Rua Pernambuco, 1618- Cascavel-Pr.

Sala das Sessões, em 14.05.91.

(a) ÉLIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

O jornal "O Paraná", é no Oeste do Paraná a maior expressão jornalística e reconhecido como um dos diários informativos mais conceituados do Paraná, destacando-se a seriedade profissional de seus editores, repórteres e funcionários.

Conhecendo a criteriosa sistemática, verifica-se que o evento comemorativo é marco de maior grandeza para seus proprietários e para toda a população daquela rica região do Paraná.

REQUERIMENTO N° 1041

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER, sejam oficiados aos Excelentíssimos Senhores Secretários de Estado da Fazenda, Heron Arzua, e da Segurança Pública, Moacir Favetti, no sentido de que sejam efetuadas diligências para averiguação de denúncias correntes de sonegação de tributos devidos pela circulação de mercadorias - gado de corte - na região de Ivaiporã.

Tal oficiamento às autoridades nominadas deverá conter cópia do pronunciamento efetuado pelo Deputado subscritor em plenário, para melhor conhecimento da maté-

ria.

Sala das Sessões, em 14.05.91.

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O Município de Ivaiporã está transformado em verdadeiro "corredor", para o transporte de gado sem a devida tributação.

É calculado que no período de janeiro a março deste ano, aproximadamente 1000 (mil) cabeças de gado, oriundas da região abrangendo os Municípios de Palmital, Pitanga, Manoel Ribas e outros, são destinadas a abastecer os abatedouros de Apucarana, Jataizinho, Maringá, Paranavaí e região circunvizinha, circulam como mercadoria, passando por Ivaiporã, sem o devido recolhimento dos tributos estaduais.

Tal fato, ressalte-se, já foi levado ao conhecimento das autoridades responsáveis pelo Fisco Estadual, mas, até a presente data, nada foi efetuado para resolver esta questão, ou pelo menos nenhuma solução foi dada a conhecer à sociedade local em que o assunto é de conhecimento.

Impõe-se que as autoridades públicas estaduais, sob pena de suas palavras caírem no descrédito junto à sociedade, venham a público e esclareçam esta situação com base em uma diligência eficaz.

De qualquer forma, na medida em que a denúncia é feita pela comunidade de toda a região, merece a apuração eficiente das autoridades públicas que já demonstraram o interesse em coibir o crime da sonegação de impostos em nosso Estado.

REQUERIMENTO N° 1040

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o envio do expediente ao Diretor do 9° Distrito Rodoviário Federal do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem- DNER, visando o recapeamento asfáltico na BR- 277, trecho que liga o Porto de Paranaguá ao Bairro da Aviação, aproximadamente três (03) quilômetros.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Infra-Estrutura e ao Secretário de Estado dos Transportes.

Sala das Sessões, em 14.05.91.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

O recapeamento asfáltico e melhorias em geral na BR-277, no trecho supracitado, se faz necessário, tendo em vista o péssimo estado de conservação em que se encontra, tornando impraticável o fluxo de veículos, ainda mais que por ali trafegam caminhões transportando altas toneladas em função do escoamento da safra agrícola

através do Porto de Paranaguá.

Justifica-se mais a presente reivindicação, sabedores que somos da existência ao longo do trecho nominado, de vários conjuntos habitacionais, dificultando sobremaneira a locomoção dos seus habitantes, vez que esta via viária é o principal meio de integrá-los ao restante do Município.

REQUERIMENTO N° 1042

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial da Casa, aos Secretários de Estado da Indústria e do Comércio, Senhor Maurício Fruet e ao Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Senhor Osmar Dias, solicitando estudos para a viabilização de implantação e incentivo de indústrias de transformação em nosso Estado, para o aproveitamento das matérias primas aqui produzidas.

Requer, outrossim, que desta decisão seja dada ciência ao Prefeito Municipal, Presidente e Vereadores da Câmara Municipal do Município de Londrina, ao Presidente da Associação Comercial e Industrial de Londrina, Senhor João Ibrahim Jabur e ao Presidente da Sociedade Rural, Senhor Luiz Meneghel Neto.

Sala das Sessões, em 14.05.91.

(a) EMÍLIA BELINATI

JUSTIFICATIVA:

A comunidade de Londrina, tendo como porta-voz a Câmara Municipal, reafirma sua preocupação com uma antiga tese paranista: O Estado precisa de indústria de transformação.

Não faz sentido que muitas das matérias-primas aqui produzidas - como pluma de algodão, milho, soja, couro - continuem sendo mandadas "in natura", para outras unidades da Federação, para lá serem industrializadas. Com isto, o Paraná é prejudicado, em termos de divisas e arrecadação de tributos.

Falta a decisão política. Infra-estrutura portuária, rodoviária, de telecomunicações, transporte aéreo e energia elétrica, o Estado tem. Produção também. Sem contar que está próximo de grandes centros industriais como São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além de mercados tradicionais para os produtos brasileiros, que são a Argentina, o Uruguai, o Paraguai e Chile.

REQUERIMENTO N° 1043

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário o envio de

Curitiba, terça, em 14.05.91

expediente à Secretaria de Segurança Pública, no sentido de solicitar uma Viatura Policial para a Subdelegacia do futuro município de CANDÓI.

Sala das Sessões, em 14.05.91.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

CANDÓI, hoje distrito de Guarapuava, já teve sua emancipação aprovada através da lei que tramitou por este Parlamento, tendo sua sede definida para a localidade de CORVO BRANCO, inclusive com eleições marcadas com vistas à instalação do novo município, já para o próximo ano.

Assim é, que se faz urgente e necessário, que a Subdelegacia Policial, que funciona naquela localidade, seja provida de uma viatura para atender as necessidades da comunidade.

É que, fica quase impossível desenvolver um bom trabalho policial, sem uma viatura, eis que é grande a área de atuação daquela Subdelegacia, e o veículo que atendia àquela comunidade em tempos anteriores, foi destruído em acidente, não tendo sido substituído até o presente momento.

REQUERIMENTO N° 1050

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado do Paraná, à Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR, acompanhando a solicitação da "Escola Estadual Monteiro Lobato", ensino de 1° grau, localizada nesta Capital.

Sala das Sessões, em 14.05.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Pelos anexos: abaixo-assinado e relação de materiais, é possível verificar as dificuldades pelas quais está passando a "Escola Estadual Monteiro Lobato" ensino de 1° grau, desta Capital, que atende a centenas de estudantes, principalmente oriundos de famílias carentes.

A cessão dos materiais solicitados se constitui em inestimável apoio do Estado do irreparável trabalho desenvolvido em conjunto pela comunidade e pela escola em questão.

Que do presente seja dada ciência à Direção Geral da "Escola Estadual Monteiro Lobato".

REQUERIMENTO N° 1051

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legisla-

tivo do Estado do Paraná, ao Senhor Secretário da Ação Social, solicitando subvenção social à ASSOCIAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL WESLEYANA DE VILA SÃO PEDRO.

Sala das Sessões, em 14.05.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

É extraordinário o trabalho social desenvolvido pela "Associação e Assistência Social Wesleyana de Vila São Pedro", junto à nossa comunidade.

Hoje, a entidade está mobilizada para a construção de duas novas salas para atendimento ao "Projeto Lar" de apoio às mães carentes. Esse projeto favorecerá mais de cento e cinquenta crianças que permanecem sozinhas em seus lares, quando suas mães saem para o trabalho.

No entanto, a entidade não dispõe de recursos suficientes para a realização da obra, razão porque recorremos ao apoio da Secretaria de Ação Social.

Suportam nossa solicitação, o relatório de atividade e demais documentos que comprovam a seriedade do trabalho da Associação supramencionada.

Dê-se ciência à entidade interessada.

REQUERIMENTO N° 1052

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado do Paraná, ao Excelentíssimo Senhor Professor ELIAS ABRAHÃO, Digníssimo Secretário de Estado da Educação, solicitando atendimento urgente às solicitações de reparos na ESCOLA ESTADUAL GUAÍRA, ensino de 1° grau, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 14.05.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Pelo relatório anexo, é possível reconhecer as condições completamente adversas em que vem trabalhando a ESCOLA ESTADUAL GUAÍRA.

Prestando inestimáveis serviços à comunidade curitibana, desde a sua fundação, a ESCOLA ESTADUAL GUAÍRA necessita sejam levantados os muros externos; pintura externa e interna do prédio; construção de quatro novas salas de aula; revisão das instalações hidráulicas e elétricas, com a instalação de lâmpadas de luz fria e o nivelamento do pátio escolar.

Sem o atendimento URGENTE a tais reivindicações, é praticamente impossível o funcionamento daquele já tradicional estabelecimento de educação de nossa cidade.

Que do presente se dê ciência à diretora e Presidente da APM da ESCOLA ESTADUAL GUAÍRA.

REQUERIMENTO N° 1055

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado do Paraná, ao Excelentíssimo Senhor Professor ELIAS ABRAHÃO, Secretário de Educação do Paraná, solicitando o atendimento às reivindicações da ESCOLA ESTADUAL BENEDICTO JOÃO CORDEIRO, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 14.05.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Pelos termos do anexo, poderá o competente Senhor Secretário, verificar a situação difícil dos professores, alunos e funcionários da ESCOLA ESTADUAL BENEDICTO JOÃO CORDEIRO, sobretudo, com relação à segurança.

A ocorrência de roubos, furtos e agressões aos membros da comunidade do estabelecimento são uma constante, que provoca terror e medo na população.

Localizada numa região que figura freqüentemente na Crônica policial, a ESCOLA BENEDICTO JOÃO CORDEIRO necessita da construção de muros mais altos, bem como de policiamento preventivo nos horários de maior movimento. Maiores detalhes, poderão ser obtidos diretamente com a direção do referido estabelecimento.

Que do teor do presente dê-se ciência à direção e APM da escola supramencionada.

REQUERIMENTO N° 1045

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja endereçado expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação e ao Ilustríssimo Senhor Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, encarecendo a construção de um Colégio na Vila São João, na municipalidade de IRATI.

É de capital importância adequar o desenvolvimento às reais necessidades, em que o poder público deve priorizar as populações de menor poder aquisitivo. Partindo de tal premissa e valendo-se do pedido apresentado pela nobre Vereador Orlando Agulham Júnior, a construção de uma escola na Vila São João, onde moram mais de seis mil pessoas, é uma questão premente, considerando os incontáveis transtornos que os jovens são obrigados a se submeter, se deslocando ao centro da cidade para fazer o segundo grau, ocasionando elevada evasão.

Que seja dado o necessário encaminhamento a tão importante pedido, priorizando em seu cronograma a mencionada obra.

Sala das Sessões, em 14.05.91.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1046

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhada correspondência ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública e ao Ilustríssimo Senhor Responsável pelo Comando Estadual da Polícia Rodoviária, objetivando a liberação de materiais para primeiros socorros ao Posto Rodoviário situado às margens da BR-277, na municipalidade de IRATI.

Vindo ao encontro da propositura aprovada pelo Legislativo, em acatamento da iniciativa conjunta dos nobres Vereadores João Batista Guerreiro Júnior e Orlando Agulham Júnior, a solicitação é feita motivada pelos freqüentes acidentes ocorridos na região atendida pelo referido organismo, cujos ferimentos bem poderiam ser atenuados se houvesse a disponibilidade de material apropriado.

Que essa Pasta, juntamente com esse Comando, diante do exposto, deem o encaminhamento que se fizer necessário para atender ao justo pleito.

Sala das Sessões, em 14.05.91.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1053

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja transcrito nos Anais do Poder Legislativo do Estado, o artigo intitulado "O ANO DOS TRANSPLANTES CIRÚRGICOS", publicado pelo Jornal "Gazeta do Povo" de 24 de abril próximo passado, e assinado pelo MM. Juiz de Direito Dr. Munir Karam.

Sala das Sessões, em 14.05.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

O ANO ESTADUAL DOS TRANSPLANTES é uma realidade a partir de iniciativa deste Poder Legislativo. Há mais de um mês (03.04.91), a Assembléia Legislativa instalou-o, com a finalidade de estimular a doação de órgãos com a finalidade de restabelecer-se funções vitais.

O artigo em questão aborda essa iniciativa, com a contribuição de um de nossos mais renomados juristas, o Doutor MUNIR KARAM, membro da Comissão Especial do Ano dos Transplantes, por delegação do Senhor Presidente do Poder Judiciário.

Que do teor do presente, dê-se ciência ao Presidente da Assembléia Legislativa, Tribunal de Justiça, Governador do Estado, Jornal "Gazeta do Povo", Doutor Munir Karam e Presidente da Comissão dos Transplantes.

REQUERIMENTO N° 1058

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja transcrito nos Anais do Poder Legislativo do Estado, o artigo "UMA DUPLA PERIGOSA", publicado pelo Jornal "Folha de São Paulo" e assinado pelo empresário Antônio Ermírio de Moraes.

Sala das Sessões, em 14.05.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Em "UMA DUPLA PERIGOSA", o empresário Antônio Ermírio de Moraes, aborda com clareza e propriedade os inconvenientes da legalização do funcionamento dos cassinos no Brasil.

"Os estudos realizados pelo economista William R. Eadington, que aliás leciona no Estado de Nevada, onde está Las Vegas, comprovam que os cassinos abrem um enorme espaço para o crime organizado e propalam a corrupção política, da polícia e da própria Justiça. Ademais, as cidades onde há cassinos exibem as mais altas taxas de crime "per capita", alcoolismo e prostituição" - afirma com correção e lucidez o autor do texto em questão.

Requer, outrossim, o envio do presente aos Senhores Deputados Federais e Senadores da República, pelo Paraná; ao Presidente da Câmara e do Senado e ao Ministro da Justiça, com manifestação contrária à proposta de legalização do funcionamento dos cassinos no Brasil.

Que se dê ciência do presente aos Senhores Governador do Estado; Presidente do Tribunal de Justiça; Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Paraná; Arcebispo Metropolitano de Curitiba, Vossa Reverendíssima Dom Pedro Fedalto e ao Jornal "Folha de São Paulo".

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 175/91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a reduzir o ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, concernentes à farinha de milho, de 17% para 12%.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.05.91.

(a) TOTI COLAÇO

Apoiamto: Luiz Carlos Martins, Edson Silva Lino, Albino Corazza e Alceu Swarowski.

JUSTIFICATIVA:

Comprovado por inúmeros estudos a res-

peito, seguramente que o milho como alimento apresenta elevados teores nutritivos. Mais recentemente, em pesquisa sobre o aludido cereal, a nutricionista Cristina B. H. dos Santos, afirmou que "pode-se reconhecer a viabilidade do uso da farinha de milho em substituição parcial ou total ao uso da farinha de trigo, através da preparação de pães, massas..."

Certamente, não por acaso, que o Brasil, em que pese os percalços enfrentados mais recentemente pela agricultura, é um dos maiores produtores mundiais de milho. Mesmo tendo em vista uma política voltada para a exportação - em que nem sempre os interesses nacionais prevalecem ante à economia mundial - o plantio do milho, outrora bem maior, tem permanecido como um indispensável fator econômico-social.

Consubstanciado na iniciativa da Associação das Indústrias de Farinha de Milho do Paraná, através do seu Presidente, Senhor Cristiano Pianaro Angelo, o presente plano de lei, tem a finalidade precípua de melhorar as condições fiscais, via ICMS, a fim de ao menos atenuar o ônus tributário existente. A diminuição do índice, de 17% para 12%, cairá sensivelmente o custo final do produto, com a farinha de milho chegando a preços mais compatíveis, cuja margem então oferecerá uma melhor possibilidade na sua utilização como integrante da cesta básica alimentar. Ademais, os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Santa Catarina, o mencionado imposto já é de 12%, cujos Governos, atentos à questão e reconhecendo o incremento que precisava dar ao setor, optaram por tal medida, aonde os caminhos entre a produção e o comércio só trouxeram benefícios diretos ao consumidor, o que vai seguramente ocorrer no Paraná.

Por último, convém ressaltar que a alteração, de 17% para 12%, não afetará sobremaneira à arrecadação tributária do Governo Estadual, que acabaria por não perder absolutamente nada, à medida em que, beneficiado pela redução da referida alíquota, o setor produtivo conseguirá colocar a farinha de milho de modo mais acessível no mercado consumidor.

PROJETO DE LEI N° 176/91
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O art. 1° da Lei n° 5.407 de 07 de outubro de 1966, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1° - Fica criado o Município de Céu Azul, com território desmembrado do Município de Matelândia, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

- Começa na foz do rio Barra Funda, no rio São Francisco Falso Braço Norte, por este acima até a sua cabeceira; daí por uma linha seca e reta até a foz do rio Boi Preto, no rio Gonçalves Dias; por este abaixo até o rio Iguagu; por este abaixo até a foz do rio Floriano; por este acima até a foz de um afluente da margem direita, imediatamente ao norte da localidade de Floriano; segue por este até sua nascente e daí em linha reta à cabeceira de uma sanga não nominada que divide as propriedades dos Senhores José Zata e irmãos Valenti, desce por esta sanga até o rio Silva Jardim; por este acima até sua cabeceira mais alta; deste ponto por uma linha seca até a cabeceira do rio Xaxim; por este abaixo até o rio São Francisco Falso Braço Sul; daí por uma linha seca até o rio Barra Funda; pelo rio Barra Funda abaixo, até sua foz no rio São Francisco Falso Braço Norte, ponto de partida."

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.05.91.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em apreço está sendo proposto por solicitação do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Céu Azul, que consultando o ITCF sobre as divisas do Município, recebeu sugestão do órgão, no sentido de que fossem as mesmas regularizadas, uma vez que não há litígio entre o referido Município e os limítrofes.

Segundo ainda afirmação do Senhor Prefeito, todo o atendimento à população da área em questão, é mantida por Céu Azul, tal como manutenção de escolas e estradas.

PROJETO DE LEI N° 177/91
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica alterado o Art. 1° da Lei n° 9.299, de 18.06.90, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1° - Fica criado "ad-referendum" do resultado do plebiscito, o Município de Pato Bragado, desmembrado do Município de Marechal Cândido Rondon, conforme especifica:

- Tem como ponto inicial e final, a foz do rio Branco no lago de Itaipu, antigo leito do rio Paraná. Do ponto inicial, sobe pelo rio Branco até encontrar a desembocadura da Sanga Caranchan, sobe por esta até a sua nascente, deste ponto segue pela linha divisória dos lotes rurais n. 50, 47, 46 (inclusive) e 51 e 54 (exclusive) do 22° Perímetro até alcançar a cabeceira da Sanga Biriva, segue pela San-

ga Biriva até a sua foz no Arroio Fundo, desce pelo Arroio Fundo até a ponte na Estrada Porto Britânia-Margarida, segue por esta até a divisa dos lotes n.ºs 20 (inclusive) e 19 (exclusive) até o Arroio Marreco, desce por este até a sua foz no rio São Francisco, desce pelo rio São Francisco até a sua foz no lago de Itaipu no rio Paraná, pelo Talvegue do rio Paraná até a foz do rio Branco, ponto inicial e final."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.05.91.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

A presente medida aqui proposta, objetiva alteração do texto legal, para atender solicitação do IBGE através do ofício n.º DGC/DETRE 017/91 (cópia em apenso).

PROJETO DE LEI N.º 178/91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - A.P.M.I.", com sede em Santa Cruz do Monte Castelo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.05.91.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão da entidade, tendo em vista seus objetivos de proteção e assistência à maternidade e à infância em geral, velando pela saúde e o bem-estar das necessidades da criança e da gestante do município.

Deve se destacar, outrossim, sua importância vital no atendimento da educação de crianças, cujas mães trabalham fora, tratamento de mães gestantes que não possuem condições financeiras para um tratamento particular, etc.

Além disso, é de grande valia o trabalho realizado pela entidade. Para tanto, necessita ampliar suas condições de sobrevivência através de obtenção de recursos em vários setores, para os quais necessita de reconhecimento como entidade de Utilidade Pública.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Doutor Rosinha.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados. Algumas notícias de jornal, algumas

manchetes:

"A bala que matou menor não é de arma da PM."

"Menores são mortos em conflitos após o baile."

"Polícia acusa traficante por morte de garoto."

"Três menores são torturados e executados em Belfort Roxo."

"Cinco rapazes chacinados em morro de Niterói."

"São Paulo expulsa seis soldados e um sargento, por morte de cinco rapazes."

Essas são manchetes que têm ocupado os jornais do Brasil nos últimos dois, três anos. E isso parece que está refletindo uma lógica bárbara de alguns setores da sociedade. A lógica que é melhor matar um menor delinquente, hoje, para não sermos assaltados amanhã. Ao contrário de se perguntar: "por quê estas mortes estão ocorrendo?" De se perguntar: "por quê há a delinquência infantil?" e se perguntar: "por quê são abandonados estes menores?"

Fazer estas perguntas, que seria o lógico, parece que é uma coisa que a sociedade brasileira e o Estado não quer! O Estado brasileiro deseja justamente o contrário, deseja tratar com desigualdade a população! No Estado brasileiro, uns têm mais direitos do que outros. Não existe punição por parte do Estado quando se é algum poderoso e comete o crime. O Estado brasileiro expropria o pobre, subsidia o rico, anistia os seus impostos, por isso não tem dinheiro para investir em setores prioritários e não tem dinheiro para a educação e para o atendimento à saúde de toda a população!

Estas crianças são discriminadas nas escolas, e quando são recolhidas nas chamadas casas correccionais, lá são torturadas, espancadas, às vezes até a morte.

Na rua, estas crianças conseguem sobreviver com pequenas esmolas e muitas vezes cheirando cola, que as levam à alucinação, que as levam a perder o apetite, e só assim, com o sonho alucinógeno da cola e que conseguem sobreviver.

Algum cidadão, se preocupa com estes menores e se coloca em defesa deles, são perseguidos e são tentados fazer com que a sociedade os descredencie para esta luta. Isto tem acontecido com todas as lideranças de meninos e meninas de rua. Como foi, dias atrás, aconteceu com Wolmer Nascimento, no Rio de Janeiro, que desapareceu sequestrado, aparecendo dias depois, com histórias que se dizem contraditórias - provavelmente o são - porque Wolmer foi submetido a torturas psicológicas, para que ao voltar, somente contasse histórias que levasse ao descrédito. Isso tem acontecido com os responsáveis pela defesa de meninos e meninas; ficou desaparecido por

48 horas; sendo torturado e voltando com o seu corpo queimado por substâncias químicas.

Isso tem acontecido com a perseguição de alguns companheiros que defendem a causa de meninos e meninas de rua, no Estado do Paraná! Foi assim ontem com a prisão do companheiro Fernando Figueira Góes, que esteve preso no 1º Distrito, e lá eu estive, justamente para poder ficar claro, qual a razão da sua prisão. Prenderam o companheiro Fernando, única e exclusivamente porque estava na rua defendendo as crianças que são consideradas abandonadas.

Só na Baixada Fluminense, de 87 a 88, foram 306 mortes oficiais, fora aqueles que foram jogados em terrenos clandestinos e não foram encontrados, ou enterrados em cemitérios clandestinos.

Essas crianças são os frutos amargos do sistema em que vivemos, do sistema capitalista. Esses frutos, hoje um setor da sociedade está engolindo, e tenho certeza que esse setor da sociedade vai expeli-lo e sim, vai jogá-lo, e isso se dará no dia em que conseguirmos construir uma nova sociedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Dobrandino com a palavra.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Ocupo esta tribuna, Senhor Presidente, para registrar a satisfação em verificar que, nos próximos dias deve ser encaminhado, através do Ministério da Economia, para o Congresso Nacional, a proposta de legalização de cassinos no Brasil.

Essa, Senhor Presidente, para muitos sem importância, e até muitos contrários a esse tipo de medida, esse tipo de lei; e como se recorda, foi há quase 50 anos, no Governo Marechal Dutra, que a proibição dos jogos no Brasil veio acontecer.

Então, eu acho, Senhor Presidente e Senhores Deputados, especialmente na minha cidade, Foz do Iguaçu, onde se encontra uma rede de hotéis, mais de 200 hotéis naquela cidade; uma estrutura muito grande, e na maior parte do ano, em várias épocas do ano, eles se encontram totalmente ociosos; e é dentro deste pensamento, e tendo certeza dos benefícios que trará, não só para Foz do Iguaçu, mas à nossa Região; é que o nosso pensamento, seja a posição das lideranças da minha cidade, vem defendendo essa tese: a abertura dos jogos, ou seja, de abertura de cassinos no País. Nós temos certeza absoluta que se abrir apenas um cassino no País, seria em Foz do Iguaçu. Isso demonstrou já o Presidente, o anterior e o atual Presidente da EMBRATUR, defendendo essa tese.

Mas é preciso, e nós entendemos assim, que é preciso uma lei que defina as regras, os critérios, para que não apenas os donos desses venha se enriquecer no País; mas que isso traga benefícios, que possa distribuir esses benefícios para amenizar o problema social que é tão grande hoje, em cidades como Foz do Iguaçu, a minha cidade, e nas diversas cidades do País.

Eu respeito na verdade, a posição da Igreja, que é contrária a essa tese de abertura dos cassinos; mas defendo, por outro lado, que ela trará grandes benefícios em cidades como Foz do Iguaçu e em todas as cidades do País.

E o que é mais importante ressaltar, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é que hoje se encontram mais de cinquenta cassinos clandestinos no Brasil, apenas enriquecendo os donos dos cassinos. E é preciso que essa lei defina os critérios, porque de qualquer maneira nós sabemos que estes cassinos funcionam. Em temporada, este número se altera para mais do dobro. E a lei continua dizendo que não se podem abrir cassinos no País.

Em minha cidade, Foz do Iguaçu, que não tem cassino, as pessoas vão tanto para o Paraguai, como para a Argentina, onde tem cassinos funcionando. Os brasileiros vão jogar, de modo geral, livremente nestes cassinos. Por que não então abrir em Foz do Iguaçu, que tem quase tudo a ver, que depende do turismo, e temos certeza que mecanismos como estes virão melhorar, ou de certa forma, ajudar muito nossa cidade.

É por isto que defendo a idéia. Tenho certeza que posso ser muito criticado por setores da sociedade, mas é este o nosso pensamento, de abertura de jogos no País. Ou seja, abrir cassinos em cidades, em estâncias, como já foi citado no próprio projeto. Instâncias hidrominerais, cidades que têm a ver com turistas; cidades que possuem grande número de turistas que visitam. Como Foz do Iguaçu, que tem tudo a ver, - como eu disse, que depende do turista, da vinda de pessoas para aquela cidade.

Para complementar, Sr. Presidente, gostaria de pedir ao nosso Líder o Horário da Liderança para completar meu raciocínio...

(Assentimento).

Temos certeza que vai ajudar, em muito, no aspecto social daquela cidade. Por isto estou enviando expediente ao Congresso Nacional, ao Presidente da Embratur e mesmo ao Governo Federal, para que esses mecanismos, este projeto de lei seja aprovado no Congresso Nacional, para que se transforme em lei. Aí sim a população brasileira seria beneficiada.

Queria trazer este ponto de vista aos

O Sr. Orlando Pessuti - Deputado Anibal Khury, tendo em vista que o orador en-
contra-se no Horário da Liderança, mesmo
em período do Pequeno Expediente, pedimos
permissão para apartear-lo. (Assentimento).

Gostaria de dizer que durante a elabo-
ração da Constituição, por ocasião da As-
sembléia Estadual Constituinte, tivemos a
oportunidade de apresentar algumas emendas
que, em conjunto com o Deputado Nilton
Barbosa e apoiado por outros Parlama-
ntares, tivemos a oportunidade de apresentar
aqui emendas que permitiam a instituição
dos jogos através dos cassinos no Estado
do Paraná. Evidentemente que em regiões
que seriam posteriormente definidas. Isto
"a posteriori" de ser, este tipo de jogo,
declarado como contravenção penal. Porque
hoje ele permanece ainda como contravenção
penal. Teríamos então que modificar as
leis existentes no País.

Naquela ocasião, já fazíamos esta ten-
tativa. Infelizmente, não logramos êxito
porque, em função da Legislação existente,
não conseguimos naquela ocasião ter uma
justificativa de ordem legal para incluir
este tema na Constituição. Mas naquele mo-
mento, já sentíamos que existia, dentro
dos Senhores Parlamentares, como de resto
- na nossa opinião - em um bom número da
população paranaense, uma vontade muito
grande de que fosse permitida a instalação
de cassinos; que fosse regularizada, en-
fim, a situação de alguns cassinos que ho-
je chamamos de clandestinos, mas que, na
realidade não o são, porque se sabemos que
eles existem, eles já deixam de ser clan-
destinos. Pode ser que não estejam funcio-
nando regularmente, dentro daquilo que a
Constituição estabelece.

A questão das pessoas contrárias, cabe
aqui registrarmos aquilo que nos trouxe a
televisão neste último final de semana: o
posicionamento das autoridades civis e até
mesmo religiosas da cidade de Águas de São
Pedro, no Estado de São Paulo, onde o pró-
prio vigário daquela cidade se posiciona a
favor da reabertura do cassino existente
naquela cidade, em um dos hotéis daquela
cidade, por entender que é de grande al-
cance social o resultado que propicia este
tipo de atividade.

Por esta razão, nós entendemos que o
assunto que Vossa Excelência traz à dis-
cussão na tarde de hoje, é um assunto que
merecerá de todos nós, Parlamentares do
Paraná, a maior das atenções; tenho certe-
za de que a maioria dos Parlamentares com
assento nesta Casa, se posicionarão a fa-
vor da instalação dos cassinos, principal-
mente em algumas regiões e algumas cida-
des, como é o caso da cidade que Vossa Ex-
celência já atuou como Prefeito e hoje re-

Curitiba, terça, em 14.05.91

apresenta neste Legislativo. Eu acredito
que é um assunto que ocupará muitos minu-
tos, muitas horas de debates nesta Casa,
mas que, no final, haverá de ser aprovado
quando, evidentemente, a Legislação permi-
tir a todos nós que assim venhamos atuar.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA - Muito obrigado
ao Deputado Pessuti, que conhece a
realidade da minha cidade, Foz do Iguaçu e
do Paraná, em ter esse ponto de vista,
realmente favorável a que essa lei venha
ser regulamentada no País.

Como disse o nobre Deputado, esses
cassinos que são clandestinos no País ho-
je, que é um número elevadíssimo, e que na
verdade não são porque estão em franca
atividade, mas que, como eu disse, vêm be-
neficiar apenas os donos dos cassinos,
aqueles que jogam e que ganham, e atrapa-
lhar aqueles que perdem. Então, é impor-
tante que se legalize esses jogos em ati-
vidade no País, mas dentro de uma lei que
venha, realmente, regulamentada, trazendo
na sua regulamentação benefícios para as
cidades onde sejam instalados esses tipos
de jogos como os cassinos.

Eu tenho certeza absoluta de que no
momento em que se instalarem cassinos em
cidades como Foz do Iguaçu, que tem uma
estrutura muito grande para abrigar este
tipo de mecanismo, que possa dar suporte
ao grande número de pessoas que vêm jogar
lá, pois gerará muitos empregos para pes-
soas que vão trabalhar nestes cassinos:
cantores, músicos, garçons, assim por
diante. Nós temos certeza de que trará
grandes benefícios.

Eu fico satisfeito de ver a opinião do
meu Líder de Bancada, que tem o mesmo
pensamento, e esperamos que esta Casa, na
verdade, se posicione favoravelmente a es-
se tipo de mecanismo, essa lei que vem a
ser aprovada no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo
a palavra ao Senhor Deputado Eurides
Moura.

O SR. EURIDES MOURA - Senhor Presidente,
Senhora e Senhores Deputados.

Venho a esta tribuna hoje, em nome do
Bloco Municipalista, que está se formando.
No próximo dia 21, teremos a primeira reu-
nião deste Bloco Municipalista para tra-
çarmos as diretrizes de trabalho destes
nossos companheiros que, em número aproxi-
madamente 18, fazem parte da Assembléia
Legislativa do Estado do Paraná e que, em
conjunto, estaremos fazendo um trabalho de
colaboração junto às associações: a dos
municípios do Paraná e das Associações
micro regionais.

Eu gostaria de fazer uma retrospectiva

e voltar a 1983 como Prefeito de Rolândia e Presidente da Associação Micro Regional, AMEPAR, quando tivemos, realmente, uma atuação muito forte juntamente com a FRENTE MUNICIPALISTA BRASILEIRA que em uma marcha a Brasília, cerca de três mil Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores, fomos em audiência com o Senhor Presidente da República, na época João Batista Figueiredo, reivindicar em nome do municipalismo brasileiro, que se fizesse a tão esperada reforma tributária que, há mais de vinte anos, os Prefeitos vinham lutando para que acontecesse. Qual não foi a nossa surpresa e desilusão quando, perante a presença de três mil Prefeitos, o então Presidente da República dizia, categoricamente, que não seria viável e possível uma reforma tributária naquele momento em sua administração, mas que ele estava trabalhando e encaminhando para o futuro Presidente da República fazer a tão esperada reforma tributária. Infelizmente para o Senhor Presidente da República nós, os Prefeitos da época, não aceitando aquela argumentação fizemos com que, através do Congresso Nacional, acontecesse um substitutivo que levou o n° 53/83 de autoria do Senador Passos Porto e ali conseguimos a tão falada mini-reforma tributária que deu um ganho real acima de 50% do Fundo de Participação dos Municípios. Percebia-se nos municípios daquela época 10.5 de participação na Receita do Fundo de Participação dos Municípios. Aquela Receita elevou-se para 17 e no ano subsequente 18 pontos percentuais. Foi uma conquista tão importante que mesmo na grande reforma tributária que aconteceu em 1988 elevou-se apenas de 18 para 22 pontos percentuais a participação dos municípios naquele grande bolo da Receita de imposto de renda e de IPI.

Então é muito importante que esse bloco esteja se formando nesta Assembléia Legislativa para dar a sua participação, a sua grande ajuda aos Prefeitos, enfim, todos os municipalistas. Na época de 83 - 88 tivemos a felicidade de compor a Frente Municipalista Brasileira que lutou incansavelmente para que acontecesse uma grande reforma tributária. Muitas conquistas aconteceram, inclusive um fundo de ressarcimento aos Estados e municípios pela isenção do ICM que o Governo Federal dá às exportações. Infelizmente conseguimos 10% de IPI. Infelizmente daqueles 10%, até hoje, Estados e municípios não recebem porque estão retidos no Governo Federal e esse benefício que é de justiça até agora não houve cumprimento do Governo Federal.

Muito obrigado, Senhor Presidente. Muito obrigado, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Paulo Maia com a palavra.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, enquanto nós assistimos pela televisão a preocupação do Governo do Paraná numa campanha de conscientização e de educação pela nota fiscal, que nós achamos muito válida, nós assistimos pelo Paraná afora a sonegação de impostos, através dos muambeiros vindos do Paraguai. E há poucos dias na região de São João do Caiuá, em Paranavaí, nós recebíamos denúncias dos comerciantes daquela região, da concorrência que os mesmos tinham com os muambeiros que nada pagam, que nada contribuem para com o Estado do Paraná.

Estamos vendo aqui na Tribuna do Povo da cidade de Umuarama apreensão pela Receita do Estado de 11 caminhões que transportavam mais de duzentas cabeças de boi para frigoríficos do Paraná e diz a mesma matéria de uma infração que corresponde à cifra de dois milhões e meio de ICMS contra o Estado do Paraná. Nós estamos querendo também contribuir com esta preocupação do Governo do Paraná e temos a certeza de que esta contribuição demonstra que nós não sabemos apenas fazer a crítica, mas vamos apresentar fatos; e estamos requerendo a esta Casa que o nosso requerimento "seja oficiado aos Senhores. Secretários da Fazenda e da Segurança Pública, solicitando diligências para averiguação de sonegação de tributos estaduais, também relativo à sonegação através do transporte de gado, desta vez na região de Ivaiporã".

E nós estamos aqui dizendo que o município de Ivaiporã... e essa denúncia nós recebemos há poucos dias quando visitávamos a região de Ivaiporã de que aquela nossa região estaria se transformando num verdadeiro corredor para o transporte de gado sem a devida tributação. E nos passavam um cálculo que, no período de janeiro a março deste ano, aproximadamente 1000 cabeças de gado oriundas de diferentes municípios da região circulavam facilmente pelo município de Ivaiporã e que, ao denunciar, a Receita Estadual nada fez e essa sonegação vem correndo solta naquela região. Se até março nós tínhamos esse número de 1000 cabeças, hoje nós acreditamos que isso possa até ter sido dobrado.

Tal fato ressalta que já foi levado ao conhecimento das autoridades responsáveis pelo Fisco Estadual, mas até a presente data nada foi efetuado para resolver essa questão, ou pelo menos nenhuma solução foi dada a conhecer à sociedade local e que o assunto é de conhecimento. Impõe-se que as autoridades públicas estaduais, sob pena de suas palavras caírem em descrédito junto à sociedade, venham a público e esclareçam essa situação com base numa diligência eficaz.

De qualquer forma, na medida em que a

denúncia é feita pela comunidade, merece a apuração eficiente das autoridades públicas que já demonstraram interesse em coibir o crime da sonegação de impostos em nosso Estado.

Nós acreditamos que estamos e poderemos até estar contribuindo com a denúncia de um fato que traz prejuízos não só a região de Ivaiporã, mas também prejuízos ao Paraná, como acreditamos também que o Fisco Estadual tem necessidade porque já são diferentes regiões que tem nos preocupado para fazer essa preocupação com relação aos muambeiros, que inclusive estão pagando passagens para pessoas irem ao Paraguai e de lá trazerem mercadorias sem nota fiscal, mas dentro daquele permitido pela Receita Federal, que era de 150 dólares e agora vai a 500.

Isso nos preocupa porque, enquanto o comerciante paranaense contribui religiosamente com o seu ICMS, vê a concorrência correr desenfreada pelas diferentes regiões do Paraná com esta sonegação e com esta concorrência desleal dos muambeiros do Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Claro que nós teríamos um assunto mais importante para debater em relação à área da segurança, eu faço um apelo ao Líder da Bancada do PMDB para que interceda junto ao Secretário da Segurança Pública providências para resgatar a imagem do Instituto Médico Legal, dos mais completos da América Latina e que lamentavelmente, hoje está passando por uma séria crise, inclusive com laudos médicos demorando, aproximadamente, quatro meses para serem liberados. Este é um assunto grave que nós queremos, evidentemente, chamar a atenção da liderança do PMDB. Ao mesmo tempo, um outro assunto que poderá vir a ser grave também e que foi levantado há minutos atrás pelo Deputado Dobrandino na tribuna desta Casa, eu trago para uma reflexão dos senhores parlamentares, porque se fala muito agora em abertura de cassinos e parece-me que tudo isso é também mais uma fórmula utilizada para se desviar a atenção do povo brasileiro para outros assuntos muito mais importantes do que a liberação de cassinos que deve ser muito bem analisada, deve ser muito bem estudada, se isto vier a acontecer. Parece-me que, se depender do Paraná, o próprio governador Roberto Requião de Mello e Silva já se posicionou contra. Então parece-me que nós já temos aí uma boa alavanca, no sentido de impedirmos a abertura dos cassinos.

Curitiba, terça, em 14.05.91

Mas, um artigo publicado na "Folha de São Paulo" do último domingo diz:

"UMA DUPLA PERIGOSA

Antonio Ermírio de Moraes

No momento em que se cogita legalizar os cassinos no Brasil, vale a pena examinar a experiência de outros países. A análise dos fatos concretos nesse campo dispensa as bravatas de puritanismo e a pregação moral.

As pesquisas realizadas nas sociedades onde os cassinos existem há várias décadas indicam que o jogo é o tipo de negócio que tem um enorme potencial de lucro para os proprietários dos cassinos e um elevadíssimo custo social para a comunidade, que é obrigada a investir não só na infra-estrutura turística como também nos sistemas de controle dos desvios de comportamento.

Os estudos realizados pelo economista Wilian R. Eadington, que aliás, leciona no Estado de Nevada, onde está Las Vegas, comprovam que os cassinos abrem um enorme espaço para o crime organizado e propõem a corrupção política, da polícia e da própria Justiça. Ademais, as cidades onde há cassinos exibem as mais altas taxas de crime per capita, alcoolismo e prostituição.

É bom lembrar que os cassinos de Las Vegas se instalaram em 1930. Naquela época, não se falava em drogas. Hoje a realidade é outra. Os dados comprovam que os cassinos constituem os melhores abrigos para o uso e tráfico dos mais nocivos tipos de drogas. Jogo e droga! Essa é a dupla perversa que estaremos promovendo ao apoiar a legalização dos cassinos no Brasil.

Em suma os custos sociais dos cassinos são muito altos. O jogo tampouco favorece as finanças das comunidades, pois os recursos gerados são insignificantes em relação aos investimentos realizados em turismo, polícia e Justiça.

Argumenta-se que o Brasil já é um grande cassino: pode-se jogar em cavalos, loterias, Sena, Loto, Loteca, Rapsadinha, bicho, sem falar no jogo clandestino.

Mas será que tudo isso justifica a sua ampliação e legalização? Penso que não. A existência de jogo ilegal reflete simplesmente a má administração dos sistemas de controle. Se a polícia e a Justiça estão desaparelhadas para combater as contravenções atuais, como poderão elas eliminar as contravenções adicionais que advêm do jogo legalizado?

Há os que advogam o jogo como meio de promover políticas de justiça social ao transferir dinheiro dos ricos para os pobres. Triplo engano. Pesquisas, realizadas nos EUA e na Inglaterra revelam que (1) a proporção da renda gasta pelos

pobres no jogo é muito mais alta do que a dos ricos; (2) os jogadores mais assíduos e imprudentes são os de menor renda ou os de renda muito alta; (3) a receita gerada pelo jogo tende a ser regressiva, ou seja, o grosso é aplicado em benefício dos proprietários dos cassinos e dos turistas.

Criar empregos é louvável e necessário. Mas a melhor alternativa não é o jogo. O Brasil precisa criar empregos saudáveis em torno de atividades que gerem grandes benefícios coletivos com menores custos sociais para a comunidade. Empregos nos quais se ganha com responsabilidade em lugar de locais onde se gasta com imprudência.

Há vários projetos de lei no Congresso Nacional sobre o assunto. A maioria do passado. A questão do jogo, entretanto, merece ser analisada à luz da realidade de hoje, especialmente, no que tange às drogas e à corrupção.

A abertura dos cassinos no Brasil criará muito mais corrupção do que emprego. Se o jogo for legalizado, correremos o risco de perder a última batalha contra a corrupção. Isso não pode acontecer. Ao lutar contra a sua legalização. O Congresso Nacional e a população em geral estarão afastando a instalação, em definitivo, da corrupção e do crime organizado em nosso país. Numa hora em que o povo precisa desesperadamente de mais empregos, educação e saúde, o jogo é certo, não figura entre as prioridades essenciais para o bom desenvolvimento da nação."

Nós, quando tivemos recentemente em visita à Fazenda do Senador José Eduardo Vieira fomos matar a curiosidade e fomos conhecer um cassino pela primeira vez em nossa vida. E alguns companheiros até, alguns parlamentares que nos acompanharam e que foram conhecer, e outros já conheciam, tiveram uma triste experiência: na primeira jogada ganharam, na segunda ganharam, na terceira ganharam e aí veio aquela vibração, aquele entusiasmo de que iria recuperar e dar o dinheiro para a esposa gastar lá no Paraguai no dia seguinte, no entanto, horas depois, tudo foi água abaixo. Quer dizer, acabou saindo do cassino perdendo.

Sabemos que o jogo é realmente bastante perigoso. O Brasil não está preparado para a legalização dos cassinos. Eu acho que temos assuntos muitos mais importantes para tratar, para procurar aplicar em benefício da nossa população que a legalização dos cassinos. Vamos investir mais em turismo, mas em turismo sério. E nós temos grandes potenciais turísticos neste País, e aqui no Paraná especialmente.

Então, é preciso que se faça uma reflexão. Poderemos até na sequência de outros debates que aqui virão para este Ple-

nário trazer mais dados, trazer mais informações sobre esta possibilidade que não acreditamos venha acontecer a liberação dos cassinos no nosso País.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Grande Expediente. Deputado Ademar Traiano.

O SR. ADEMAR TRAIANO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada.

(LÊ): "Conceituar Política é um objetivo que há muito tempo tem desafiado a argúcia daqueles que se dedicam ao seu estudo. Para uns é uma ciência; para outros é uma arte; para nós não é ciência, nem arte. É forma de atuação do homem público quando visa conduzir a administração a realizar o bem comum. A política como forma de atuação do homem público, não tem rigidez científica, nem orientação artística. Rege-se ou deve reger-se por princípios éticos comuns e pelas solicitações do bem coletivo. Guia-se por motivos de conveniência e oportunidade do interesse público que há de ser seu supremo objetivo."

Não estou aqui para fazer a defesa de um projeto de Lei ou de uma postura política que diga respeito a uma circunstância em concreto. Estou aqui para dizer-lhes quem sou e o que penso. Fiz absoluta questão de, em primeiro lugar, deixar transparecer minha postura de homem público, utilizando-me para isso das palavras do ilustre jurista, especialista em assuntos administrativos, Dr. Ely Lopes Meireles, na medida em que as mesmas traduzem minha conduta ao longo de minha trajetória política. Se aqui estou, é porque sempre agi de acordo com minha consciência, ou seja, sempre agi de forma a vincular meus atos políticos aos interesses das comunidades que tive a honra de representar. Política para mim é uma atividade que exerço com equilíbrio, dedicação e fidelidade, e não um meio de galgar e permanecer no poder através do prestígio eleitoral.

No exercício de minha faculdade de atuar como cidadão e intervir na vida pública do Estado através de minhas candidaturas, galguei os cargos de Vereador e Prefeito de Santo Antônio do Sudoeste, e mais tarde eu fui também Presidente da Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná - AMSOP, no meu querido Sudoeste. E agora ocupo uma das cadeiras desta Assembleia Legislativa. Esta região tem sido berço de inúmeros políticos que têm se destacado, não só a nível Estadual, como também a nível Nacional, gerando Ministros, Secretários de Estado, Deputados Federais e autoridades do segundo escalão das Administrações Públicas, esta referência por si só, tem como efeito imediato um incremento de nossa responsabilidade de

bem representá-la, no sentido de buscar os melhores caminhos que possa traduzir as aspirações da comunidade sudoestina como um todo, dos Prefeitos da região, da classe política e dos órgãos de representação regional.

No curso desta caminhada acabei por desenvolver princípios que norteiam minha atuação na vida pública, tal qual a relativa independência quando do evento de certos acontecimentos que exigiram de mim a manifestação de posicionamentos, os quais, por mais das vezes, colidiram frontalmente com os interesses de grupos que, sob o meu ponto de vista, agiam de forma contrária aos interesses de meus representados. Tudo o que sou é o resultado de uma conquista da perseverança contra obstáculos capazes de pôr a prova uma convicção, um compromisso. Tudo o que sou é resultado direto de minha luta contra embaraços que a mim se apresentavam dada as impossibilidades que me cercavam e a escassez dos meios de ação de que eu dispunha. Não quero dizer com isso que sou um homem fechado ao diálogo e a vivência Democrática; ao contrário: aqueles que me conhecem sabem de minha natureza conciliatória, na medida em que esta postura seja compatível com as responsabilidades decorrentes da mais absoluta fidelidade àqueles que me outorgaram o cargo que ocupo e ao grupo partidário a que pertencço, sem que para isso tenha que me ver despojado do livre arbítrio, ou seja, sou adepto da coesão partidária sem que isto implique no cerceamento de idéias e princípios, exerço a política de forma franca, não no sentido dos interesses da ambição, que convulsionam as facções, mas no da fidelidade ao estado democrático de direito e aos meus eleitores, não uso o cargo de parlamentar para advogar em causa própria, mas sim para me curvar aos mais legítimos anseios populares.

Nosso País passa por inúmeras dificuldades no campo econômico e, como efeito imediato, estamos vivendo a maior recessão de nossa História, com o desemprego avolumando-se nos grandes aglomerados urbanos e o esvaziamento das áreas produtivas é um histórico caracterizado por grandes dificuldades e que exige na classe política como um todo uma atitude consciente e responsável em direção aos interesses maiores da nação e, em nosso caso particular, do Paraná. A construção de um País mais justo, independentemente do partido político a que cada um de nós esteja vinculado, está em nossas mãos. É preciso honrar o cargo que ocupamos e o parlamento em que estamos trabalhando, banindo deste recinto atitudes contrárias ao decoro Parlamentar, ou seja, ao bom senso e, para sermos mais taxativos, a boa educação. O respeito a

Curitiba, terça, em 14.05.91

esta casa e suas normas, o respeito aos parlamentares, aos componentes da Mesa Diretora, e a toda a qualquer autoridade constituída, enfim, a moralização do Poder Legislativo, através da atitude sensata e equilibrada de seus membros, é o único caminho para o restabelecimento do respeito popular para com esta instituição, e para a consolidação da democracia o fortalecimento do Estado Democrático de direito é a árdua tarefa que nos foi outorgada pelo voto popular, e nosso objetivo maior deve ser a busca de soluções junto a estas bases populares, firmando a honra e a disciplina como os elementos constitutivos desta Assembléia Legislativa do Paraná.

Acreditamos ser essencial fazermos deste Poder Legislativo o Poder Estadual que efetivamente corresponda às exigências do progresso e do desenvolvimento do Paraná. Acreditamos ser essencial fazer deste Poder Legislativo o meio de colocar-se em prática o mecanismo de frenagem e vigilância que se origina do princípio de que o controle exercido sobre o Governo emana de uma idéia singular e racional. A de que os mandatários do povo devem estar em condições de supervisionar o comportamento daqueles que dirigem os negócios do Estado, com o objetivo de mantê-los no rumo que melhor corresponda aos anseios e reivindicações da coletividade, para isso, devemos buscar uma postura de equilíbrio que permita-nos, acima mesmo de uma colaboração técnica, criticar, globalmente, a atividade política e administrativa do Governo, e, se for o caso, orientá-la, corrigi-la, quando não se identificar com as aspirações dos Governados. Somente desta forma estaremos agindo de forma equilibrada e consciente. Não tomarei nenhuma decisão que não esteja de acordo com os interesses do Paraná, o que implica afirmar que, posso tanto apoiar o Governo, quanto criticá-lo quando assim se fizer necessário. Minha posição é vinculada ao princípio de fazer do Poder um instrumento da defesa comum, de fazer da oposição a válvula essencial do progresso, fazendo dos antagonismos descobertos a melhor garantia de nossa moralidade.

Outrossim, gostaria de destacar o quão honrado me sinto em compor a mesa executiva desta Assembléia, afirmando que, qual meu mandato pertence a meus eleitores, o cargo que ostento pertence a todos os Parlamentares desta Casa. Razão pela qual sinto-me mais fortalecido para exercer com competência e dignidade as funções que o cargo me impõe, no sentido de bem servir, naquilo que esteja ao meu alcance, os colegas de Parlamento, bem como zelar pela boa administração desta Casa, em conjunto com os demais pares que compõem a Mesa Diretiva, independentemente de qualquer cir-

cunstância que haja precedido à eleição, pois acreditamos que a partir do momento em que um homem é investido de Poder Público, deve ter seu espírito desarmado e aberto ao entendimento e a todos e qualquer tipo de reivindicação legal.

Acredito com toda minha convicção, que possuo um dever para com a comunidade e que tenho a obrigação de exercitá-lo. Acredito ser este dever insuscetível de renúncia, na medida em que importaria em liberalidade injustificável para com aqueles que me outorgaram o cargo de Deputado Estadual. É meu dever agir de forma a atender os interesses maiores do Paraná e de meus representados, exercendo a atividade legiferante e de fiscalização de acordo com os preceitos que norteiam a vida dos homens civilizados, pois entendo que as liberdades políticas não têm por objeto satisfazer a vontade dos homens, entregando-lhes em frações dispersas o centro do poder, mas sim a satisfação dos interesses das coletividades organizadas.

Muito obrigado.

(Termina de ler)

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Horário das Lideranças. Com a palavra o PT.

Concedo a palavra ao Dr. Rosinha.

O DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Deputado Paulo Maia fez uso da palavra, desta tribuna, relatou fatos que a imprensa tem denunciado a respeito do não pagamento do ICMS.

Nós da Bancada do Partido dos Trabalhadores, de acordo com os preceitos constitucionais que nos dão o direito de formar requerimentos de Pedido de Informações ao Sr. Governador, já tínhamos feito isto, dias atrás.

A Constituição Federal não só nos dá o direito desses requerimentos como Parlamentares, mas também nos dá o direito como cidadãos. Isso que está escrito na Constituição tem sido desrespeitado pelo bloco de sustentação ao Governador Roberto Requião.

Se os Srs. Deputados que dizem que Roberto Requião deseja e quer transparência, queremos que os Deputados de sustentação ao Governo contribuam com essa transparência, permitindo que requerimentos solicitando informações a respeito da administração pública, seja aprovado, nesta Casa de Leis.

Dia atrás não foi aprovado um requerimento da nossa Bancada ao solicitar informação sobre o não pagamento de impostos por parte dos frigoríficos. Queremos dizer que isso já tinha sido denunciado pela imprensa naquela ocasião também. Queremos

dizer a estes Parlamentares que nós do Partido dos Trabalhadores, se não for aprovado requerimento de nossa Bancada, faremos requerimento via direta ao Palácio Iguaçu, que a Constituição nos dá este direito e obriga o Governador responder a todos, dentro dos preceitos legais.

Nós entendemos que oposição não deve ser feita de maneira burra, assim como sustentação de Governo também não o deve. Sustentar uma política governamental sem o debate político, sem debater o que está requerendo, mas simplesmente votando contra não contribuiu em nada para a transparência que o Governo tanto deseja e não contribui a nada para a democracia. Não só aquele requerimento, mas ontem também, ao votar um requerimento solicitando do Governador informações a respeito da criação de uma regional administrativa em Cianorte, a mesma Bancada votou contra.

Nada tinha contra o Governador, nada depunha contra o Governador, simplesmente o Governador teria que delegar os seus assessores, que explicasse o sim ou não de se criar tal região administrativa.

Portanto, sustentar de uma maneira burra um Governo vai cair em incoerência e vai cair em irresponsabilidade, como já tem caído em algumas oportunidades, das quais eu lembrei duas, e posso lembrar uma terceira vez, como o pedido da Comissão para estudar a situação do índio no nosso Estado.

Portanto Srs. Deputados de sustentação da política do Governador Roberto Requião, se desejam debate político, democracia e transparência, estamos dispostos; mas se for simples e puramente para o bloco parlamentar passar por cima de qualquer proposta, se debatê-la, impedindo a democracia nesta Casa de Leis, eu acredito que vocês vão estar condenados ao ridículo perante a opinião pública.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - PL com a palavra.

(Declina).

PFL com a palavra.

(Declina).

PMDB com a palavra.

(Declina).

PTB com a palavra.

(Declina).

PRN com a palavra.

Deputado Mário Bezerra com a palavra.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Registro a presença do Prefeito de Rondon, Sidney Giroto, nas galerias. Muito obrigado Prefeito Sidney.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu tenho desde que assumi uma cadeira nesta Ca-

sa, eu tenho me pautado pelo comedimento nas minhas palavras, nas minhas ações, eu tenho procurado ouvir muito para depois tomar alguma decisão, tenho sido coerente naquilo que voto e naquilo que eu deixo de votar. Não poderia deixar passar em branco essa sessão de hoje Sr. Presidente para fazer um alerta aos Srs. Deputados que compõem a Bancada de sustentação ao Governo do Paraná. Eu quero abrir um parêntese primeiro e agradecer ao nobre Presidente desta Casa, Anibal Khury, a quem dedico profunda admiração e em quem votei para Presidente para gerir e administrar esta Casa. Vossa Excelência ontem, num voto minerva, fez passar um requerimento de minha autoria, que solicito do Governo do Paraná a implantação da microrregião de Cianorte.

Srs. Deputados que sustentam o Governo Requião, eu gostaria de não querer fazer nenhuma correção porque não estou aqui para isso, nem fazer nenhuma crítica a posição que Vossa Excelência está tomando, porque cada um é dono de sua vontade e sabe o que faz. Mas eu tenho que alertá-los pelas posições que o nobre líder do PMDB tem adotado nesta Casa, em fazendo com que Vossas Excelências votem em matérias que desconhecem profundamente, a exemplo do que aconteceu ontem aqui, não estive presente porque eu semanalmente estou na minha base eleitoral e às vezes deixo de vir à Assembléia às segundas-feiras, não fui de Deputado em Deputado pedir para que aprovassem o requerimento meu porque achei que a Casa, na unanimidade, não iria re-provar um requerimento que viesse ao encontro de uma microrregião composta num futuro por doze municípios. Eu acho que o Deputado Pessuti, Líder do PMDB, não conhece Cianorte, não conhece Rondon, Gaúcha, Tapira, Jaburá, São Tomé, Jussara, Terra Boa, não conhece Tapejara, Tuneiras do Oeste, porque se V.Exa. conhecesse estas cidades, não fizesse parcimônia nas votações...

O Sr. Orlando Pessuti - Permite um aparte?

O SR. MÁRIO BEZERRA - ...nas votações, V.Exa. não teria levantado a bancada do Governo para votar num requerimento meu que pede ao Sr. Roberto Requião que crie a microrregião de Cianorte. Cianorte, a exemplo do Paraná, sofre com a segurança. Temos uma delegacia caindo aos pedaços. A cidade cresce pelo dinamismo do empresário, do industrial, do comerciante... mas o Governo deve muito a Cianorte. Deve muito à microrregião do Médio Noroeste do Estado do Paraná.

V.Exa. ontem, numa atitude que fiquei espantado quando fiquei sabendo hoje, levanta a bancada que sustenta o Governo para votar contra a minha região! Nobre De-

putado Pessuti, me exalto em falar com V.Exa. porque se V.Exa...

O Sr. Orlando Pessuti - Não devia. Não devia se exaltar.

O SR. MÁRIO BEZERRA - ... estivesse no meu lugar, se a região de Ivaiporã estivesse sofrendo com isto, V.Exa. também aqui estaria exaltado como estou! Nunca vou ser contra a microrregião de V.Exa.! Tudo aquilo que vier ao encontro dos municípios do Paraná, Mário Bezerra vota até contra a liderança, para apoiar os municípios do Paraná...

O Sr. Orlando Pessuti - Mas para votar tem que estar presente, não pode ficar em casa.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Estou com a palavra. Saliento a V.Exa. que o Deputado que vos fala espera que o Líder Rossoni nunca tome uma atitude incoerente com o povo do Paraná, e antipática com uma região qualquer. Estou revoltado com V.Exa...

O Sr. Orlando Pessuti - Não devia.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Estou revoltado, porque o considerava até ontem como um Deputado coerente...

O Sr. Orlando Pessuti - Eu o considero ainda.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Mas V.Exa. foi incoerente com a minha microrregião. Sei que Cianorte, revoltada com V.Exa. também, gostaria de usar este microfone e contestar sua posição ontem, porque os Deputados que votaram, alguns deles, conversando hoje me disseram que desconheciam a matéria, que votaram por votar, porque...

O Sr. Orlando Pessuti - Não pode ser verdade. V.Exa. está menosprezando a inteligência dos Srs. Deputados.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Sr. Presidente, não dei aparte.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Continua com a palavra o Deputado Mário Bezerra.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Nobre Líder Pessuti, gostaria que V.Exa. não cometesse tamanho equívoco como o cometido ontem.

O Sr. Orlando Pessuti - V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento).

Lamento que V.Exa. esteja tão esbravejante no dia de hoje porque acho que

V.Exa. deveria assim proceder no dia de ontem, quando se encaminhou a votação de um requerimento de V.Exa. e que havia sido solicitada a discussão por nós e por isto tinha sido adiada. V.Exa., que diz ter tanto interesse neste assunto, na minha opinião deveria estar aqui ontem, defendendo. E não hoje esbravejando com relação a pessoa do Parlamentar Orlando Pessuti que é vosso amigo, que é da mesma Região onde V.Exa. nasceu, Vale do Ivaí.

Quando propomos aqui na Assembléia a criação da Região Administrativa Central do Paraná, hoje sediada em Ivaiporã, o fizemos pelos caminhos competentes. Fomos ter com a Secretaria do Planejamento, fomos ter com o Governador, conquistamos perante ele o apoio para o projeto de lei complementar, que é o caminho correto.

O requerimento, nobre Deputado, em que pese o respeito que tenho por V.Exa., não levava a nada. Era um simples pedido para que se criasse. Isto não precisa de um requerimento da Assembléia, pode ser um ofício de V.Exa. Não posso colocar uma bancada, um grupo de Parlamentares, até quase que o ridículo de pedir uma coisa que em nada se fundamenta; porque o que determina a legislação é que criação de região administrativa tem que passar por um processo de lei. Pedir simplesmente pelo pedido, V.Exa. poderia fazê-lo. Simplesmente não posso dar à minha bancada uma orientação que não resulta em nada. Tenho que procurar, nós temos que procurar nesta Casa dar aprovação às coisas que entendemos que tenham algum fundamento.

Quanto ao fato de V.Exa. estar esbravejando, acho que isto não procede. Temos, na prática Parlamentar, que procurar aqui dentro fazer valer aquilo que entendemos seja o correto. O que fizemos ontem é a mesma coisa que fez V.Exa. com relação a outros assuntos: se posicionou contrário; é uma prática normal das Assembléias, dos Parlamentares.

Da mesma forma que ontem nós nos posicionamos contrário ao seu requerimento, na semana passada nos posicionamos aqui, por unanimidade, em favor do requerimento de V.Exa. que propunha envio de expediente às autoridades competentes com referência à prorrogação de mandatos e eu não vi, naquela ocasião, V.Exa. se esbravejar para apoiar a postura da Bancada em favor do seu requerimento. Então, eu acho que não cabe aqui nenhum esbravejamento, o que cabe sim é V.Exa. comparecer às sessões. Se V.Exa. estivesse aqui ontem, fizesse o encaminhamento da votação pode ser até que tivéssemos mudado de opinião como V.Exa., autor do requerimento não encaminhou, não estava aqui presente para defendê-lo, entendendo nós que a aprovação do requerimento em nada modificaria a criação ou não

da região administrativa da região de Cianorte, nós recomendamos a desaprovação do mesmo porque não tínhamos, evidentemente, orientação de S.Exa. o Governador para que aprovássemos esta tomada de postura que altera o quadro administrativo, altera o planejamento administrativo do Estado e estas coisas nós temos que ouvir o Governador. Como não tínhamos ouvido do Governador a respeito, como sabíamos que era apenas uma solicitação, nos posicionamos contrário, apesar de sempre termos sido a favor das regionalizações administrativas, não da forma que V.Exa. propôs e, principalmente, pela falta de interesse, pela falta de entusiasmo, talvez, na defesa no dia de ontem por parte de V.Exa.

O Sr. Doutor Rosinha - (Aparte) - Eu agradeço, nobre Deputado Mário Bezerra.

No momento em que fiz uso da palavra no Horário das Lideranças, eu não citei que o requerimento era de Vossa Excelência porque me faltou na memória naquele momento.

Agora, é muito interessante logo após a falação do Líder do PMDB. Nota-se que é orientação do Governador, pelo que disse, a não aprovação do requerimento porque foi ouvido o Senhor Governador; é orientação do Governador que se vote contra a comissão para estudar a situação do índio; é orientação do Senhor Governador que se vote contra após um fórum sobre a educação do qual o Presidente da Comissão de Educação participa, ajuda a definir, a debater, conclui junto o relatório e, depois, vota contrário.

Senhor Deputado Orlando Pessuti, eu estou falando com o nobre Deputado Mário Bezerra e o Regimento Interno não permite debates paralelos. Vossa Excelência devia saber disso antes de mim, uma vez que é mais antigo na Casa.

Portanto, parece que é orientação do Senhor Governador a prática do PMDB e da Bancada que o sustenta e nosso entender, como já disse, incorrendo em vários erros, atentando contra a democracia e a transparência do Governo.

O que diz então, vem a confirmar que Requião não quer ser transparente, é o que dá a entender a Bancada do PMDB ao colocar que eles obedecem a orientação do Governador.

Quer dizer, a transparência do Governador, então, é só para a imprensa, é só para inglês ver, é só para a população dizer que há transparência, mas ele não quer permitir e assim orienta o PMDB e o bloco de sustentação.

Obrigado.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Bom, o nobre Deputado Pessuti salientou que o meu reque-

rimento não tinha significado nenhum.

Para o nobre Deputado pode assim representar, mas para minha região significa o maior projeto meu, talvez, este ano, criar a microrregião.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Projeto não Deputado, é requerimento.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Por que requerimento, por que um requerimento, nobre Deputado?

Porque é inconstitucional a Assembléia aprovar essa Lei. Isso compete ao Poder Executivo. Eu faço parte da Comissão de Constituição e Justiça.

E quero dizer ao Deputado que, se o Governador Requião continuar com essas atitudes frente à Assembléia, mandando a sua Bancada votar radicalmente em qualquer matéria contra, nós iremos também radicalizar e a responsabilidade recairá sobre os ombros de Vossa Excelência.

A Bancada da Oposição tem-se colocado como bancada coerente votando o que é bom para o Paraná, mas Vossa Excelência numa atitude inconseqüente ontem, colocou a Bancada da oposição contra a microrregião de Cianorte.

Muitos Deputados aqui tiveram votos lá. Eu quero ver nas próximas eleições, quem é que vai ter a hombridade de subir em palanque eleitoral e falar com o povo de Cianorte.

Senhor Presidente, foi um desafio e vou usar de desabafo neste microfone quando achar que existe posições incoerentes com o povo do Paraná.

Não é só com a Bancada de sustentação do Governo que eu falo. Eu falo com esta Bancada que aqui está também. Estarei do lado de todos os Deputados do PMDB que estarão trabalhando em prol dos municípios do Paraná e nunca vou ser incoerente com aquilo que preguei nos meus palanques políticos, que é o fortalecimento do municipalismo do Estado do Paraná.

E a criação da microrregião de Cianorte, isto aí é questão de honra para este Deputado que lhes fala. Estaremos brigando com o mundo para que Cianorte seja forte na segurança, porque foi conhecida mundialmente e nacionalmente como a capital do sequestro.

Passamos por uma série de privações a nível de segurança. Moro em Cianorte há três anos, mas aquilo sofre há quinze anos, há vinte anos, e nós não queremos que o povo de Cianorte seja tratado como um Distrito ou como uma província de uma outra cidade.

Queremos ser fortes, queremos ser grandes.

Muito obrigado, Senhor Presidente, muito obrigado, Senhores Deputados.

Curitiba, terça, em 14.05.91

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado o Horário das Lideranças.

Vou dar uma de Dino Almeida agora: transcorre o aniversário hoje do Deputado Heinz Herwig, nosso querido companheiro e solicito ao Deputado Rafael Greca que faça a saudação ao ilustre aniversariante, após a sessão.

Encerrado o Horário das Lideranças, passamos à

ORDEM DO DIA

com a presença de 47 Senhores Deputados.

Sobre a Mesa, Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, devidamente apoiado, constante do expediente. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Élio Rusch, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da ordem do dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n° 126/91, que autoriza a conversão em cabines duplas os veículos tipo pick-up ou caminhonetes. Aprovado. (Publ. no DA. n° 31, de 09.04.91).

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 119/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a Fundação Cultural e Educacional SAMUEL AUN WEOR - FUNDASAW, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 137/91, de autoria do Deputado Renato Adur, que declara de Utilidade Pública Estadual o Centro de Jardinagem e Arte Floral do Paraná - CEJARTE. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 139/91, de autoria do Deputado Anibal Khury, que altera a redação do Art. 1º da Lei n° 9.443, de 20 de novembro de 1991, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n° 38, de 17.04.91).

PARECER:

Em analisando sobre os aspectos legais, constitucionais e regimentais, o Projeto de Lei n° 139/91, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, visando corrigir erro no memorial descritivo, quando da criação do município de Vila Branca, nada encontramos que pudesse inviabilizar a pretensão.

Pelo que somos pela regular tramitação.

Sala das Comissões, em 07.05.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Relator.

Sobre a mesa, requerimento de n° 1047, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1060, de autoria do Senhor Deputado Mário Bezerra, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1041, de autoria do Senhor Paulo Maia, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1059, de autoria do Senhor Deputado Élio Rusch, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1040, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1042, de autoria da Senhora Deputada Emília Belinati, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1043, de autoria do Senhor Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1044, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1048, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1045, 1046 de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1053, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta ata.

Requerimentos de n°s 1049, 1050, 1051, 1052, 1054, 1055, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do

expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1058, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor

Presidente, hoje tinha sido convocada a reunião da CPI da Saúde e a Assessoria Técnica da Casa informou que faltava o Ato de Publicação da tal comissão e inclusive, que ela está incompleta, faltando indicações PL, PFL, PDT.

Esta foi a informação que tivemos da Assessoria Técnica da Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Assessoria está informando que apenas foram indicados seis Senhores Deputados.

A Comissão é constituída de quinze Senhores Deputados.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Foram indicados oito, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai verificar a informação de Vossa Excelência e amanhã dará a decisão final e informa que a Comissão pode ser instalada, independente de publicação, desde que tenha número suficiente, maioria absoluta e mais um: 8 Deputados, para que se instale a Comissão.

O SR. FLORISVALDO FIER (Pela Ordem) - Senhor Presidente, a respeito daquela Comissão Interparlamentar para a audiência com o Senhor Governador, nós gostaríamos que fosse concretizado o pedido de audiência.

E também existe da Bancada do PT, com a assinatura do Deputado Ovídio Constantino, uma outra CPI a respeito do BADEP, composta de 7 membros e que também está faltando a indicação da Mesa e gostaríamos, se possível também já para amanhã, encaminhar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai informar amanhã a Vossa Excelência.

Quanto à delegação dos Senhores Deputados a respeito do Ensino Superior, a Mesa delegou poderes ao 1° vice-Presidente, Deputado Algaci Túlio para proceder às démarches necessárias a que Sua Excelência o ilustre Governador receba essa Comissão.

E faz um apelo novamente para que as bancadas indiquem os representantes nas respectivas comissões parlamentares de inquérito.

Nada mais havendo a tratar, declaro

encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 15, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 139/91 e 144/91.
- 1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 027/91, 037/91 e 150/91.

Levanta-se a sessão.

Transcrições:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ALGACI TÚLIO, EM SESSÃO DO DIA 14 DE MAIO DE 1991.

"O ANO DOS TRANSPLANTES CIRÚRGICOS

A Assembléia Legislativa do Estado, pela Lei n.º 9465, de autoria do Deputado Algaci Túlio, proclamou 1991 como "Ano dos Transplantes".

Formou-se uma Comissão Especial integrada por representantes dos Três Poderes, para estabelecer diretrizes que despertem a opinião pública para a importância da doação de órgãos que possam servir aos transplantes cirúrgicos.

Por delegação honrosa do desembargador Renato Pedroso, presidente do Tribunal de Justiça, representamos o Poder Judiciário na referida comissão, juntamente com o colega magistrado Olivar Coneglian.

O objetivo da comissão é o de conscientizar a sociedade paranaense para a existência daqueles seres humanos, que integram a extensa fila de pacientes-receptores, em estado de angústia e expectativa, à espera de doação que lhes restitua a maior de todas as esperanças: a esperança de viver.

A oferta destes órgãos vitais é que não tem sido proporcional ao número de candidatos-receptores ao transplante.

Há no Paraná uma infra-estrutura médico-hospitalar apta a tão delicadas cirurgias.

Em Curitiba, o Hospital de Clínicas alcançou renome nacional com o transplante de medulas ósseas. Nesta especialidade, a nossa Capital é um dos centros médicos mais adiantados do continente.

Em transplantes de córneas, além da capital, a cirurgia é realizada em Londrina e Cascavel.

Mas, atualmente, a área de maior procura e, portanto, a mais crítica em função da escassez de doadores, se encontra no transplante de rins. Não apenas em Curitiba, como também em Londrina, Maringá, Cascavel, Umuarama e Pato Branco se fazem

Curitiba, terça, em 14.05.91

tais cirurgias.

A comissão irá procurar mobilizar a opinião pública através de realização de um encontro estadual, no mês de setembro, e de uma programação ativa, com concursos de reportagens e de monografias.

A lei permite à pessoa maior e capaz que disponha de órgãos e partes do próprio corpo vivo para fins humanistas e terapêuticos (Lei n.º 5479, art. 10).

Sabattini relacionou quais as condições a que devia subordinar-se a liceidade dos transplantes: a) que se trate de órgão duplo e o outro órgão do doador seja são; b) que seja o único meio para socorrer ao necessitado; c) que se trate de socorrer a uma necessidade física extrema ou quase extrema do próximo; d) que haja uma sólida probabilidade de êxito do transplante.

Exige ainda a lei de autorização do disponente, que especifique o tecido ou órgão, ou a parte objeto da retirada (Lei n.º 5479, art. 10, § 1º).

Como se vê, há previsão legal para a espécie. Existem, porém, dois obstáculos a vencer. O primeiro é a falta de informação sobre a oportunidade e importância da doação de órgãos vitais. O segundo, ainda, é um certo preconceito em face do evento morte precoce, não se aceitando a realidade da morte cerebral e, mesmo, na adoção de uma postura de tão profundo respeito aos restos mortais, que os tornam intocáveis.

O homem não pode, livremente, dispor de sua vida. A liberdade de morrer substitui hoje o conceito antagônico: o direito de viver

Reconheceu-se porém, ao homem, o direito de dispor de seu futuro cadáver.

O critério da morte cerebral não tem recebido consenso unânime. Mas a tendência atual da medicina legal é no sentido de não concentrar o interesse clínico no estado de conservação das células isoladas, "mas no destino da pessoa".

Em decorrência, o momento da morte em diferentes células e órgãos "não tem tanta importância", como a certeza de que o processo "tornou-se irreversível", quaisquer que sejam as técnicas de ressuscitação a serem aplicadas.

O ato de dispor deve ser gratuito. A doutrina predominantemente considera imoral e nula a cessão onerosa, porque o cadáver não é "coisa" nem objeto comercial. Também não é pessoa, mas recebe proteção penal especial como restos da personalidade.

A Lei Estadual n.º 9479/90 instituiu o registro e o cadastro dos doadores de órgãos, que receberão Certificado de Reconhecimento Público. A lei criou incentivos aos doadores, como prioridade em programas sociais, custeio de despesas hospita-

lares e de serviços funerários decorrentes da doação.

Trata-se do início do que pode ser e deve ser uma grande cruzada. Mais importante do que os incentivos é o despertar da solidariedade humana, o ato de amor pelo próximo.

O avanço tecnológico proporcionou este encontro da morte com a vida. A fibra viva continua pulsando além da morte, lembrando sempre a memória do doador. Nem tudo muitas vezes se perde na fatalidade, em especial se dela nasce a expectativa de uma nova esperança."

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ALGACI TÚLIO, EM SESSÃO DO DIA 14 DE MAIO DE 1991.

UMA DUPLA PERIGOSA

Antonio Ermírio de Moraes

No momento em que se cogita legalizar os cassinos no Brasil, vale a pena examinar a experiência de outros países. A análise dos fatos concretos nesse campo dispensa as bravatas de puritanismo e a pregação moral.

As pesquisas realizadas nas sociedades onde os cassinos existem há várias décadas indicam que o jogo é o tipo de negócio que tem um enorme potencial de lucro para os proprietários dos cassinos e um elevadíssimo custo social para a comunidade, que é obrigada a investir não só na infraestrutura turística como também nos sistemas de controle dos desvios de comportamento.

Os estudos realizados pelo economista Willian R. Eadington, que aliás, leciona no Estado de Nevada, onde está Las Vegas, comprovam que os cassinos abrem um enorme espaço para o crime organizado e propõem a corrupção política, da polícia e da própria Justiça. Ademais, as cidades onde há cassinos exibem as mais altas taxas de crime per capita, alcoolismo e prostituição.

É bom lembrar que os cassinos de Las Vegas se instalaram em 1930. Naquela época, não se falava em drogas. Hoje a realidade é outra. Os dados comprovam que os cassinos constituem os melhores abrigos para o uso e tráfico dos mais nocivos tipos de drogas. Jogo e droga! Essa é a dupla perversa que estaremos promovendo ao apoiar a legalização dos cassinos no Brasil.

Em suma os custos sociais dos cassinos são muito altos. O jogo tampouco favorece as finanças das comunidades, pois os recursos gerados são insignificantes em relação aos investimentos realizados em turismo, polícia e Justiça.

Argumenta-se que o Brasil já é um

grande cassino: pode-se jogar em cavalos, loterias, Sena, Loto, Loteca, Raspadinha bicho, sem falar no jogo clandestino.

Mas será que tudo isso justifica a sua ampliação e legalização? Penso que não. A existência de jogo ilegal reflete simplesmente a má administração dos sistemas de controle. Se a polícia e a Justiça estão desaparelhadas para combater as contravenções atuais, como poderão elas eliminar as contravenções adicionais que advêm do jogo legalizado?

Há os que advogam o jogo como meio de promover políticas de justiça social ao transferir dinheiro dos ricos para os pobres. Triplo engano. Pesquisas, realizadas nos EUA e na Inglaterra revelam que (1) a proporção da renda gasta pelos pobres no jogo é muito mais alta do que a dos ricos; (2) os jogadores mais assíduos e imprudentes são os de menor renda ou os de renda muito alta; (3) a receita gerada pelo jogo tende a ser regressiva, ou seja, o grosso é aplicado em benefício dos proprietários dos cassinos e dos turistas.

Criar empregos é louvável e necessário. Mas a melhor alternativa não é o jogo. O Brasil precisa criar empregos saudáveis em torno de atividades que gerem grandes benefícios coletivos com menores custos sociais para a comunidade. Empregos nos quais se ganha com responsabilidade em lugar de locais onde se gasta com imprudência.

Há vários projetos de lei no Congresso Nacional sobre o assunto. A maioria do passado. A questão do jogo, entretanto, merece ser analisada à luz da realidade de hoje, especialmente, no que tange às drogas à corrupção.

A abertura dos cassinos no Brasil criará muito mais corrupção do que emprego. Se o jogo for legalizado, correremos o risco de perder a última batalha contra a corrupção. Isso não pode acontecer. Ao lutar contra a sua legalização, o Congresso Nacional e a população em geral estarão afastando a instalação, em definitivo, da corrupção e do crime organizado em nosso país. Numa hora em que o povo precisa desesperadamente de mais empregos, educação e saúde, o jogo é certo, não figura entre as prioridades essenciais para o bom desenvolvimento da nação."

Atos da Comissão Executiva:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

DECRETO LEGISLATIVO N° 028/91
mandar isentar, em parte, do Imposto de Renda retido na fonte, a pensão mensal

percebida pelo ex-Deputado Estadual Constituinte, de 1947, desta Assembléia Legislativa, ANTONIO DOS SANTOS FILHO, conforme o que dispõe o art. 6º, item XIV, da Lei Federal nº 7713, de 22 de novembro de 1988, que assegurou a Isenção do Imposto de Renda sobre os rendimentos de pensão, até o equivalente a cinquenta (50) OTNs (BTNS), sem prejuízo da parcela isenta, prevista no art. 25, da referida Lei.
(Prot.nº 7741/90)
Palácio "XIX de Dezembro", em 31.01.91

DECRETO LEGISLATIVO Nº 072/91
promover, por merecimento, RAFAEL DE LALA SOBRINHO, matrícula nº 602, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, para o cargo de Procurador, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.
Palácio "XIX de Dezembro", em 31.01.91
(aa) ANIBAL KHURY - Presidente;
TADEU LÚCIO MACHADO - 1º Secretário;
WERNER WANDERER - 2º Secretário.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 072/91
I - exonerar, a pedido, OSVALDO VIEIRA DE ALMEIDA, do cargo em Comissão, símbolo 1-C, do Gabinete da Liderança do Governo, a partir de 1º de fevereiro de 1991;
II - Prover, MOACIR COSTA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-C, do Gabinete da Liderança do Governo, a partir de 1º de fevereiro de 1991.
Palácio "XIX de Dezembro", em 22.02.91
(Prot.nº 1321/91)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 073/91
I - exonerar, a pedido, os funcionários abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão, junto ao Gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 1º de fevereiro de 1991;
DAS-5: Sílvia Rene Cunha
DAS-5: Sueli Terezinha M. Neves
2-C: Maria de Lourder Gavienski
2-C: Maria Reni Borges
2-C: Roberto Assad K. Fadel
1-C: Ulisses Tadeu Busato
1-C: Moacir Costa
4-C: Osmar Borges de Souza

II - prover, os funcionários abaixo relacionados, para exercerem cargos em Comissão, junto ao Gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 1º de fevereiro de 1991, conforme especifica:
DAS-5: Osvaldo Vieira de Almeida
DAS-5: Francisco Assis Lamy
2-C: Augusto Marocines Darcin
2-C: Sônia Maria Guidi
2-C: Sirlei Maria de Souza
1-C: Claudete Belther Bernardelli
1-C: Wilson Portes
4-C: Marcos Snak

Curitiba, terça, em 14.05.91
(Prot.nº 1388/91)
Palácio "XIX de Dezembro" em 22.02.91

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 074/91
prover RENATA CRISTINA DO ROCIO VIDAL, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da 4ª. Secretaria, a partir de 1º de fevereiro de 1991.
(Protoc. nº 1388)
Palácio "XIX de Dezembro", em 25.02.91.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 076/91
A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

CONSIDERANDO o infausto passamento do Sr. LAURO GENTIO PORTUGAL TAVARES, ex-Deputado Estadual, ocorrido em data de 04 de março de 1991, nesta Capital;

CONSIDERANDO que essa ocorrência representa uma perda irreparável para este Poder e para a sociedade paranaense, dada a sua promissora carreira de homem público como Deputado Federal e Estadual da Constituinte Paranaense de 1947, sempre voltado às aspirações da comunidade,

R E S O L V E:

Artigo único - A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, guardará luto oficial, por três (03) dias, a contar desta data, como expressão de pesar pelo falecimento do ilustre Senhor LAURO GENTIO PORTUGAL TAVARES.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 078/91
mandar pagar, a ELZA ROSA CAROLO SILVESTRI, viúva do ex-Deputado Estadual, MOACIR JÚLIO SILVESTRI, falecido em 02 de novembro de 1982, pensão mensal no valor de 1/3 (um terço) do subsídio fixo de Deputado Estadual, de acordo com a Lei nº 4.763, de 05 de novembro de 1963, e art. 3º, do Decreto Legislativo nº 180/64, de 18 de maio de 1964; e nos termos da Resolução nº 045/90, de 26 de junho de 1990, respeitando-se o art. 3º e respectivo parágrafo da Lei nº 7.568, de 11 de janeiro de 1982.

(Protoc. nº 1406, de 26.02.91)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 079/91
nomear, o advogado AYRTON COSTA LOYOLA, para exercer o cargo de Procurador Geral da Procuradoria desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, de acordo com o art. 243, § 2º, da Constituição Estadual, a partir de 1º de fevereiro de 1991.
Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 05.03.91.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 083/91
I - prover, GABRIEL LUIZ FRANCESCHI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo

DAS-3, de Diretor da Diretoria de Apoio Técnico, a partir de 1º de fevereiro de 1991;

II - prover, EDISON CARLOS DE OLIVEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria da Contabilidade, da Diretoria de Apoio Técnico, a partir de 1º de fevereiro de 1991;

III - prover, LUIZ CARLOS MONTEIRO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria da Gráfica, da Diretoria de Serviços Especiais, a partir de 1º de fevereiro de 1991.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 084/91

I - prover, WILIANS ROLANDO ROMANZINI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-3, de Diretor da Diretoria Financeira, a partir de 1º de fevereiro de 1991;

II - prover, EDMIR ENÉZIO DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-3, de Tesoureiro deste Poder, a partir de 1º de fevereiro de 1991;

III - prover, IRENO VICENTE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Finanças, da Diretoria Financeira, a partir de 1º de fevereiro de 1991.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 086/91

prover, JOSÉ ARY NASSIF, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-3, de Diretor da Diretoria Administrativa, a partir de 1º de fevereiro de 1991.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 087/91

prover, NELSON AUGUSTO DE ARAÚJO, funcionário efetivo desta Assembléia Legislativa, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-3, de Diretor da Diretoria de Assistência ao Plenário, a partir de 1º de fevereiro de 1991.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 088/91

prover, LÚCIA MARIA DA VEIGA SEGALL, funcionária efetiva do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-3, de Diretora da Diretoria Legislativa, a partir de 1º de fevereiro de 1991.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 089/91

prover, GILBERTO DAROS, funcionário efetivo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-3, de Diretor da Diretoria da Procuradoria, a partir de 1º de fevereiro de 1991.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 090/91

prover, ABIB MIGUEL, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-1, de Diretor Geral desta Assembléia Legislativa, a partir de 1º de fevereiro de 1991.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 091/91

I - prover, CINTHIA BEATRIZ FERNANDES LUZ, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-3, de Diretora da Diretoria de Pessoal, a partir de 1º de fevereiro de 1991;

II - prover, VALTER ANTÔNIO MARCHIORATO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Diretor Adjunto, da Diretoria de Pessoal, a partir de 1º de fevereiro de 1991;

III - prover, ELEOVAN CEZAR RIBEIRO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Relações Trabalhistas, da Diretoria de Pessoal, a partir de 1º de fevereiro de 1991.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 092/91

prover, JOSÉ ANTÔNIO MAINGUÊ, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria do Serviço Médico e Odontológico, da Diretoria de Pessoal, no período compreendido entre 1º de fevereiro de 1991 a 31 de março de 1991.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 112/91

prover, DIRLEI TEREZINHA SPAGNOL, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenadora da Coordenadoria de Suprimentos, da Diretoria de Apoio Técnico, a partir de 1º de fevereiro de 1991.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 116/91

I - prover, MARIA ELISA REBELLO BORGES, funcionária efetiva do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenadora da Coordenadoria de Taquigrafia, da Diretoria Legislativa, a partir de fevereiro de 1991;

II - prover, PAULA GREIFFO COUTINHO, funcionária efetiva do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo em Comissão, DAS-5, de Coordenadora Adjunta, da Secretaria de Taquigrafia, da Diretoria Legislativa, a partir de 1º de fevereiro de 1991.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 119/91

prover, FARID LUIZ GUÉRIOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Processamento de Dados, da Diretoria de Serviços Especiais, a partir de 1º de fevereiro de 1991.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 120/91

prover, ALMIR SANTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Execução e Auxílios Sociais, da Diretoria Financeira, a partir de 1º de fevereiro de 1991.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 122/91
prover, EMERENTINO DA CRUZ PACCA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Estudos e Promoções Especiais, da Diretoria de Serviços Especiais, a partir de 1° de fevereiro de 1991.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 123/91
prover, JOSIAS RAIMUNDO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Serviços Especiais, da Diretoria Administrativa, a partir de 1° de fevereiro de 1991.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 124/91
I - exonerar, a pedido, ROMANDIR SABÓIA MENDES, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Neiwo Beraldin, a partir de 1° de março de 1991;

II - prover, ALESSANDRA M. GIOVANNETTI DAROS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Neiwo Beraldin, a partir de 1° de março de 1991.

(Protoc. n° 1419, de 26.02.91)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 125/91
I - exonerar, a pedido, BRÍGIDA DE VICO BIANCHI, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado José Afonso Júnior, a partir de 1° de março de 1991;

II - prover, SEBASTIAO CARLOS BIANCHI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado José Afonso Júnior, a partir de 1° de março de 1991.

(Protoc. n° 1563, de 28.02.91)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 126/91
prover, AURISTELA RAYMUNDO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Colombino Grassano, a partir de 1° de fevereiro de 1991.

(Protoc. n° 1582, de 01.03.91)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 127/91
I - exonerar, a pedido, CARLOS ALBERTO DOMBECK, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Erondy Silvério, a partir de 1° de março de 1991;

II - exonerar, a pedido, TEREZINHA MACHADO, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Erondy Silvério, a partir de 1° de março de 1991;

III - prover, TEREZINHA MACHADO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Erondy Silvério, a partir de 1° de março de 1991.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 128/91
prover, LUCÍLIO CASIMIRO ZAWADZKI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-C, do Gabinete da Liderança do PL, a partir de 1° de fevereiro de 1991.

(Protoc. n° 1583, de 01.03.91)

Curitiba, terça, em 14.05.91

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 129/91

I - exonerar, a pedido, DANIEL SUTILE DE OLIVEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Carlos Simões, a partir de 1° de março de 1991;

II - exonerar, a pedido, LEILA SOARES DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Carlos Simões, a partir de 1° de março de 1991;

III - prover, PEDRO KOSOWSKI, para exercer o cargo em Comissão símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Carlos Simões, a partir de 1° de março de 1991;

IV - prover, ALVARO TADEU VIEIRA ALBRECHT, para exercer o cargo em Comissão símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Carlos Simões, a partir de 1° de março de 1991.

(Prot. n° 1661/91)

Palácio "XIX de Dezembro", em 05.03.91.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 130/91

I - exonerar, a pedido, APARECIDO DE OLIVEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 2-C, do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1° de março de 1991;

II - exonerar, a pedido, ANA CRISTINA CANORO, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1° de março de 1991;

III - prover, ELIANE ADELE MONTEMEZZO, para exercer o cargo em Comissão símbolo 2-C, do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1° de março de 1991;

IV - prover, CRISTA DESSBESELL FEIDEN, para exercer o cargo em Comissão símbolo 4-C, do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1° de março de 1991.

(Prot. n°s 1735 e 1736/91)

Palácio "XIX de Dezembro", em 06.03.91.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 131/91

mandar pagar, a EUTERPE MACEDO XAVIER TAVARES, viúva do ex-Deputado Estadual, LAURO GENTIO PORTUGAL TAVARES, falecido em 04 de março de 1991, pensão mensal no valor de 1/3 (um terço) do subsídio fixo de Deputado Estadual, de acordo com a Lei n° 4.763, de 05 de novembro de 1963, e art. 3°, do Decreto Legislativo n° 180/64, de 18 de maio de 1964; e nos termos da Resolução n° 045/90, de 26 de junho de 1990, respeitando-se o art. 3° e respectivo parágrafo da Lei n° 7.568, de 11 de janeiro de 1982.

(Prot. n° 1803/91)

Palácio "XIX de Dezembro", em 07.03.91.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 132/91

I - exonerar, a pedido, MARGARITA ELIZABETH PERICAS SANSONE, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Rafael Greca de Macedo, a partir de 1° de março de 1991;

II - exonerar, a pedido, DORENY RIBEIRO GRECCA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Rafael Greca de Macedo, a partir de 1º de março de 1991;

III - prover, DORENY RIBEIRO GRECCA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Rafael Greca de Macedo, a partir de 1º de março de 1991;

IV - prover, AGNALDO NUNES BALDISSERA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Rafael Greca de Macedo, a partir de 1º de março de 1991.

(Prot. n.ºs 1880, 1881 e 1882/91)

Palácio "XIX de Dezembro", em 11.03.91.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N.º 133/91

I - exonerar, a pedido, ANTONIO PEREIRA DE FRANÇA SOBRINHO, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Basílio Zanusso, a partir de 1º de março de 1991;

II - prover, ANTONIO PEREIRA DE FRANÇA SOBRINHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Basílio Zanusso a partir de 1º de março de 1991.

III - prover, YOLANDA ZANUCI DE BARROS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Basílio Zanusso a partir de 1º de março de 1991.

(Prot. n.º 1924/91)

Palácio "XIX de Dezembro", em 11.03.91.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N.º 134/91

I - exonerar, a pedido, CLÁUDIA RIBEIRO FOGAÇA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Algaci Túlio, a partir de 1º de março de 1991;

II - prover, VALMOR ALVES DOS SANTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Algaci Túlio, a partir de 1º de março de 1991.

(Prot. n.º 1936/91)

Palácio "XIX de Dezembro", em 11.03.91.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N.º 135/91

prover, ANDREA CANDEU, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Lourenço Fregonese, a partir de 1º de fevereiro de 1991.

(Prot. n.º 1940/91)

Palácio "XIX de Dezembro", em 11.03.91.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N.º 137/91

I - exonerar, a pedido, DOLORES LOPES MIGUEL, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Antônio Martins Annibelli, a partir de 1º de março de 1991;

II - prover, DOLORES LOPES MIGUEL, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Antônio Mar-

tins Annibelli, a partir de 1º de março de 1991;

III - prover, SANDRO ROBERTO STEDILE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Antônio Martins Annibelli, a partir de 1º de março de 1991.

Palácio "XIX de Dezembro", em 11.03.91.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N.º 138/91

prover, VALÉRIA CRISTINA CASTELO BRANCO MANHAES GOMES DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-C, do Gabinete da Primeira Secretária, a partir de 1º de fevereiro de 1991.

Palácio "XIX de Dezembro", em 11.03.91.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N.º 141/91

I - exonerar, a pedido, NEIVA LÍBERO ZANATA ZANELLA, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da Primeira Secretária, a partir de 1º de março de 1991;

II - prover, MARCELO HENRIQUE RIBEIRO DOS REIS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da Primeira Secretária, a partir de 1º de março de 1991.

Palácio "XIX de Dezembro", em 11.03.91.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N.º 142/91

I - exonerar, a pedido, ALBERTINA SANTANA VILLAR SCHUBERT, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado João Arruda, a partir de 1º de março de 1991;

II - exonerar, a pedido, MARLI FANTIN, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado João Arruda, a partir de 1º de março de 1991;

III - prover, NEIVA LIBERO ZANATA ZANELLA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado João Arruda, a partir de 1º de março de 1991;

IV - prover, SENS GIDIONI HENRIQUE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado João Arruda, a partir de 1º de março de 1991;

V - prover, RONALDO VINÍCIUS CASAGRANDE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado João Arruda, a partir de 1º de março de 1991.

Palácio "XIX de Dezembro", em 11.03.91.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N.º 143/91

I - exonerar, a pedido, MARILENA DE MATTOS QUADROS, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Hermas Brandão, a partir de 1º de março de 1991;

II - exonerar, a pedido, CARLA APARECIDA BUENO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Hermas Brandão, a partir de 1º de março de 1991;

III - exonerar, a pedido, AMÉLIA BEA-

TRIZ BARBOSA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Hermas Brandão, a partir de 1º de março de 1991;

IV - prover, DENILSON LUIZ NEGRÃO DIAS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Hermas Brandão, a partir de 1º de março de 1991;

V - prover, MARIA DE LOURDES DE SOUZA PICOLO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Hermas Brandão, a partir de 1º de março de 1991;

VI - prover, DIRCEU TOMAZ DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Hermas Brandão, a partir de 1º de março de 1991.

(Prot. n.ºs 1987, 1989 e 1990/91)
Palácio "XIX de Dezembro", em 12.03.91.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N.º 144/91

I - exonerar, a pedido, MARIA JOAQUINA FARIA DE PAULA, do cargo em Comissão, símbolo 2-C, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de março de 1991;

II - prover, MARCELO LOMÔNACO COPPLA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-C, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de março de 1991.

Palácio "XIX de Dezembro", em 12.03.91.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N.º 145/91

prover, os funcionários abaixo relacionados, para exercerem cargos em Comissão, junto ao Gabinete da Liderança do PRN, a partir de 1º de fevereiro de 1991, conforme especifica:

1-C: ROGÉRIO CÉSAR RIBASKI POLICENO

1-C: JOÃO MARIA DOS SANTOS

4-C: ROSELI APARECIDA DE SOUZA

4-C: VERA LÚCIA GUMIERI

(Prot. n.º 2109/91)

Palácio "XIX de Dezembro" em 14.03.91.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N.º 146/91

I - exonerar, a pedido, MÔNICA CRISTINE FORT, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1º de março de 1991;

II - exonerar, a pedido, MAYRA BELOTO DE CAMARGO, do cargo em Comissão, símbolo 2-C, do Gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1º de março de 1991;

III - prover, GERSON GUSSO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1º de março de 1991;

IV - prover, NELSON LOURES MARTINS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-C, do Gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1º de março de 1991;

V - prover, ACIR C. MATIOLI PAOLINI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1º de fevereiro de 1991;

Curitiba, terça, em 14.05.91

VI - prover, ADELIR CASTILHO MALDANER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-C, do Gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1º de fevereiro de 1991;

VII - prover, DAIR NOGUEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-C, do Gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1º de fevereiro de 1991;

VIII - prover, DALVA WEINERT NOGUEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1º de fevereiro de 1991;

IX - prover, VALMOR STEDILE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-C, do Gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1º de fevereiro de 1991;

X - prover, LAURENTINO BORSA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-C, do Gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1º de março de 1991;

(Prot. n.º 2134)

Palácio "XIX de Dezembro", em 14.03.91.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N.º 147/91

I - exonerar, a pedido, MARIA DA LUZ FRANÇA RENAUD, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Dobrandino Gustavo da Silva, a partir de 1º de março de 1991;

II - exonerar, a pedido, PAULO HENRY NIEDZWIEDZ, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Dobrandino Gustavo da Silva, a partir de 1º de março de 1991;

III - prover, MARIA DA LUZ FRANÇA RENAUD, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Dobrandino Gustavo da Silva, a partir de 1º de março de 1991;

IV - prover, ROSANE MARIA ROSSINI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Dobrandino Gustavo da Silva, a partir de 1º de março de 1991;

V - prover, PAULO MENESES FERRAZ, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Dobrandino Gustavo da Silva, a partir de 1º de março de 1991.
Palácio "XIX de Dezembro", em 14.03.91.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N.º 148/91

I - exonerar, a pedido, SAMIR FOUANI, do Cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Heinz Georg Herwig, a partir de 1º de março de 1991;

II - exonerar, a pedido, PATRÍCIA DEEKE, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Heinz Georg Herwig, a partir de 1º de março de 1991;

III - prover, SAMIR FOUANI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Heinz Georg Herwig, a partir de 1º de março de 1991;

IV - prover, PATRÍCIA DEEKE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G,

do Gabinete do Deputado Heinz Georg Herwig, a partir de 1º de março de 1991;

V - prover, ANA MARIA FLORES STRATMANN, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Heinz Georg Herwig, a partir de 1º de março de 1991;

VI - prover, MARLON GOMES DA COSTA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Heinz Georg Herwig, a partir de 1º de março de 1991.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 149/91

I - exonerar, a pedido, MARCO ANTÔNIO DIAS DE OLIVEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado José Artur Ritti, a partir de 1º de março de 1991;

II - exonerar, a pedido, ADEMIR FARIA DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado José Artur Ritti, a partir de 1º de março de 1991;

III - exonerar, a pedido, MARCELO AUGUSTO SETTI NOGUEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado José Artur Ritti, a partir de 1º de março de 1991;

IV - prover, MARCO ANTÔNIO DIAS DE OLIVEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado José Artur Ritti, a partir de 1º de março de 1991;

V - prover, ADEMIR FARIA DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado José Artur Ritti, a partir de 1º de março de 1991;

VI - prover, MARCELO AUGUSTO SETTI NOGUEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado José Artur Ritti, a partir de 1º de março de 1991;

VII - prover, ISAAC AGHION, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado José Artur Ritti, a partir de 1º de março de 1991.

Palácio "XIX de Dezembro", em 15.03.91.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 150/91

I - exonerar, a pedido MYLENE RIBEIRO DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado José Afonso Júnior, a partir de 1º de março de 1991;

II - prover, BRÍGIDA DE VICO BIANCHI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado José Afonso Júnior, a partir de 1º de março de 1991.

(Prot. nº 2252/91)

Palácio "XIX de Dezembro", em 18.03.91.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 151/91

I - exonerar, a pedido MARCELO HENRIQUE VLADIMIR BLATISLAV DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Edson Silva Lino, a partir de 1º de março de 1991;

II - prover, MARCELO HENRIQUE BLATISLAV DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Edson Silva Lino, a partir de 1º de março de 1991;

III - prover, SEBASTIAO RAMOS MIGUEL, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Edson Silva Lino, a partir de 1º de fevereiro de 1991;

IV - prover, VALQUÍRIA DE OLIVEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Edson Silva Lino, a partir de 1º de fevereiro de 1991.

(Prot. nº 2257/91)

Palácio "XIX de Dezembro", em 18.03.91

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 152/91

I - exonerar, a pedido EUNICE YUKIKO FUKUMITSU, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Mário Bezerra, a partir de 1º de março de 1991;

II - prover, JÚLIO LOURENÇO DE SOUZA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Mário Bezerra, a partir de 1º de março de 1991.

(Prot. nº 2263/91)

Palácio "XIX de Dezembro", em 18.03.91

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 153/91

I - exonerar, a pedido ESTELA MARIA BERTUZZI BORRIN, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Nelson Justus, a partir de 1º de março de 1991;

II - exonerar, a pedido a pedido, ADRIANA A. SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Nelson Justus, a partir de 1º de março de 1991;

III - prover, ESTELA MARIA BERTUZZI BORRIN, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Nelson Justus, a partir de 1º de março de 1991;

IV - prover, ADRIANA A. SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Nelson Justus, a partir de 1º de março de 1991;

V - prover, LORENA MARIA CAMARGO PELOW, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Nelson Justus, a partir de 1º de março de 1991.

VI - prover, JAIME LUIZ PELOW, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Nelson Justus, a partir de 1º de março de 1991.

(Prot. nº 2269/91)

Palácio "XIX de Dezembro", em 18.03.91.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 154/91

prover, RAUL CARLOS DIAS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Albino Corazza Neto, a partir de 1º de fevereiro de 1991.

(Prot. n° 2270/91)

Palácio "XIX de Dezembro", em 18.03.91.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 155/91
prover, os funcionários abaixo relacionados, para exercer cargos em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado João Preis, a partir de 15 de março de 1991, conforme especifica:

DAS-5: MARA CATARINA MESQUITA LOPES EITE

3-G: MOZART ÂNGELO RODRIGUES

2-G: ANDRÉA TRUGILO LOURENÇO

2-G: MAGDA TEREZA ARAÚJO MOREIRA

2-G: HARAN CAMARGO GUIMARAES

1-G: MARIA SANTINA CERA

(Prot. n° 2290/91)

Palácio "XIX de Dezembro", em 18.03.91

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 156/91

I - exonerar, a pedido SIRLEI KIRCHNER, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Hermas Brandão, a partir de 1° de março de 1991;

II - prover, LUIZ ADRIANO MELLO DAVID, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado HERMAS BRANDÃO, a partir de 1° de março de 1991.

(Prot. n° 2297/91)

Palácio "XIX de Dezembro", em 19.03.91

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 157/91

prover, os funcionários abaixo relacionados, para exercerem cargos em Comissão, junto ao Gabinete da 1ª Vice-Presidência, a partir de 1° de fevereiro de 1991, conforme especifica:

6-C: VITORINO SZYCHTA

3-C: ALEXANDRE RAGASSI

4-C: ALCIDES RAGASSI

(Prot. n° 2307/91)

Palácio "XIX de Dezembro", em 19.03.91

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 158/91

I - exonerar, a pedido, JOSÉ AUGUSTO CARNEIRO DE ANDRADE, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Dalton Machuca, a partir de 1° de março de 1991;

II - exonerar, a pedido, GILMAR JOSÉ PACHECO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Dalton Machuca, a partir de 1° de março de 1991;

III - prover, ANTONIO CARLOS DE ALMEIDA FRANÇA SATYRO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Dalton Machuca, a partir de 1° de março de 1991;

IV - prover, ENERI KLOTH, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Dalton Machuca, a partir de 1° de março de 1991;

V - prover, LOURDES MARIA CORREIA CO-RAZA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Dal-

Curitiba, terça, em 14.05.91

ton Machuca, a partir de 1° de março de 1991.

(Prot. n° 2340/91)

Palácio "XIX de Dezembro", em 19.03.91

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 159/91

I - exonerar, a pedido, ANTONIO CARLOS DE ALMEIDA FRANÇA SATYRO, do Cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da 3ª Secretária, a partir de 1° de março de 1991.

II - prover, JOSÉ AUGUSTO CARNEIRO DE ANDRADE, para exercer o cargo em Comissão Símbolo DAS-5, do Gabinete da 3ª Secretária, a partir de 1° de março de 1991.

(Prot. n° 2340, de 19.03.91).

Palácio "XIX de Dezembro", em 19.03.91

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 160/91

I - exonerar, a pedido, JACIRA MARTINS, do cargo em Comissão, símbolo 1-C, do Gabinete da Liderança do PTB, a partir de 1° de março de 1991.

II - prover, ISABELLE RAFAELA PICOLO DE LALA SANTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-C, do Gabinete da Liderança do PTB, a partir de 1° de março de 1991.

(Prot. n° 2383, de 20.03.91).

Palácio "XIX de Dezembro", em 20.03.91

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 161/91

colocar à disposição do Poder Executivo, o servidor LUIZ FÁBIO CAMPANA, funcionário efetivo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo de Secretário de Estado da Comunicação Social, a partir de 15 de março de 1991, sem ônus para este Poder Legislativo.

(Prot. n° 2494, de 22.03.91)

Palácio "XIX de Dezembro", em 22.03.91

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 162/91

aposentar proporcionalmente, nos termos do Art. 138, inciso II, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, combinado com o Art. 35, inciso III, letra "C", da nova Constituição Estadual; e, artigos 140, inciso III; 170 e parágrafo único; 171 e parágrafos, da Lei n° 6174, acima citada, MIGUEL JORGE NASSAR NETO, matrícula n° 465, ocupante do cargo de Oficial Legislativo "A"-NT-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e proporcionais correspondentes à simbologia DAS-4, acrescidos de gratificação de representação incorporada, regulamentada pelo Decreto n° 4640, de 11 de janeiro de 1989, cinco (05) triênios, incorporados de acordo com o Art. 4°, e parágrafo 1°, da Resolução n° 02/64; cinco (05) quinquênios

e um (01) adicional, incorporados; cem por cento (100%) dos respectivos vencimentos, de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, de acordo com o Art. 6º, da Lei Complementar nº 21, de 26 de outubro de 1984.

(Prot. nº 904, de 05.02.91).

Palácio "XIX de Dezembro", em 22.03.91

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 172/91

I - exonerar, a pedido, ARTÊNIO VALENTIN SUTILE, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado João Arruda, a partir de 1º de abril de 1991.

II - prover, SÉRGIO RENATO COSTA FILHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado João Arruda, a partir de 1º de abril de 1991.

Palácio "XIX de Dezembro", em 01.04.91

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 173/91

I - exonerar, a pedido, LOUISE RAINER PEREIRA GIONÉDIS, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Rafael Greca, a partir de 1º de abril de 1991.

II - prover, GERALDO CÉSAR SANTOS BOND, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Rafael Greca, a partir de 1º de abril de 1991.

(Prot. nº 2544, de 25.03.91).

Palácio "XIX de Dezembro", em 01.04.91

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 174/91

prover, DEBORAH BUFFARA DE CAMARGO VIANNA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Colombino Grassano, a partir de 1º de março de 1991.

(Prot. nº 2641, de 01.04.91)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 175/91

I - exonerar, a pedido, PAULO CHIESA, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Florisvaldo Fier, a partir de 1º de abril de 1991;

II - prover, SÍLVIA EUFÊNIA ALBERTINI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Florisvaldo Fier, a partir de 1º de abril de 1991.

(Prot. nº 2642, de 01.04.91)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA nº 176/91

I - exonerar, a pedido, VILMA APARECIDA NUNES TONINELLO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Erondy Silvério, a partir de 1º de abril de 1991;

II - prover, MALVINA MARTINS AZEVEDO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Erondy Silvério, a partir de 1º de abril de 1991.

(Prot. nº 2647, de 01.04.91)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 177/91

I - exonerar, a pedido, TEREZINHA MACHADO, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Erondy Silvério, a partir de 1º de abril de 1991;

II - prover, TEREZINHA MACHADO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Erondy Silvério, a partir de 1º de abril de 1991;

III - prover, ANA LÚCIA MIKOSZ, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Erondy Silvério, a partir de 1º de abril de 1991.

(Prot. nº 2648, de 01.04.91)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 178/91

prover, IRIVELTO DA SILVA MACHADO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-C, do Gabinete da Liderança do Governo, a partir de 1º de abril de 1991.

(Prot. nº 2650, de 1º.04.91).

Palácio "XIX de Dezembro", em 01.04.91

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 182/91

mandar pagar, a CARMEN KOEHLER PUPPI, viúva do ex-Deputado Estadual, Amadeu Puppi, falecido em 16 de março de 1991, pensão mensal no valor de 1/3 (um terço) do subsídio fixo do Deputado Estadual, de acordo com a Lei nº 4.763, de 05 de novembro de 1963, e art. 3º, do Decreto Legislativo nº 180/64, de 18 de maio de 1964; e nos termos da Resolução nº 045/90, de 26 de junho de 1990, respeitando-se o art. 3º e respectivo parágrafo da Lei nº 7.568, de 11 de janeiro de 1982.

(Prot. nº 2604, de 27.03.91).

Palácio "XIX de Dezembro", em 01.04.91

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 183/91

I - exonerar, a pedido, MARIA DE LOURDES MALTAURO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Lourenço Fregoneses, a partir de 1º de abril de 1991;

II - exonerar, a pedido, CLÁUDIA BEATRIZ MALTAURO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Lourenço Fregoneses, a partir de 1º de abril de 1991;

III - prover, CLAUDIA BEATRIZ MALTAURO NICKEL, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Lourenço Fregoneses, a partir de 1º de abril de 1991;

IV - prover JEFFERSON AUGUSTO DE MORAES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Lourenço Fregoneses, a partir de 1º de abril de 1991.

(Prot. nº 2697, de 03.04.91).

Palácio "XIX de Dezembro", em 03.04.91

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 184/91

I - exonerar, a pedido, LUIZ ADRIANO MELLO DAVID, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Hermas Brandão, a partir de 1° de abril de 1991;

II - prover, CALEB MARTINS VIEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Hermas Brandão, a partir de 1° de abril de 1991.

(Prot. n° 2699, de 03.04.91).

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 185/91

I - exonerar, a pedido, RUBENS LUIZ CADARELLI, do Cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, a partir de 1° de abril de 1991;

II - prover, MÁRIO SÉRGIO ORCIOLLI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, a partir de 1° de abril de 1991.

(Prot. n° 2770, de 03.04.91).

Palácio "XIX de Dezembro", em 03.04.91

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 186/91

I - exonerar, a pedido LUIZ CARLOS GIARETTA, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Duílio Genari, a partir de 1° de abril de 1991;

II - exonerar, a pedido, JOÃO MARIA DE OLIVEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Duílio Genari, a partir de 1° de abril de 1991;

III - exonerar, a pedido, JOÃO CÂNDIDO DE OLIVEIRA JÚNIOR, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Duílio Genari, a partir de 1° de abril de 1991;

IV - prover, LUIZ CARLOS GIARETTA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Duílio Genari, a partir de 1° de abril de 1991;

V - prover, JOÃO MARIA DE OLIVEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete Duílio Genari, a partir de 1° de abril de 1991;

VI - prover, JOÃO CÂNDIDO DE OLIVEIRA JÚNIOR, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Duílio Genari, a partir de 1° de abril de 1991.

(Prot. n° 2823, de 04.04.91).

Palácio "XIX de Dezembro", em 04.04.91

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 187/91

I - exonerar, a pedido, AGOSTINHO CREPLIVE, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado José Afonso Júnior, a partir de 1° de abril de 1991;

Curitiba, terça, em 14.05.91

II - exonerar, a pedido, ADRIANA PICOLLI CREPLIVE, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado José Afonso Júnior, a partir de 1° de abril de 1991;

III - prover, MARIA JOSÉ JORGE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado José Afonso Júnior, a partir de 1° de abril de 1991;

IV - prover, ADRIANA PICOLLI CREPLIVE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado José Afonso Júnior, a partir de 1° de abril de 1991;

V - prover, AGOSTINHO CREPLIVE FILHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado José Afonso Júnior, a partir de 1° de abril de 1991.

(Prot. n° 2824, de 04.04.91).

Palácio "XIX de Dezembro", em 04.04.91

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 188/91

I - exonerar, a pedido, ROGÉRIO CESAR RIBASKI POLICENO, do cargo em comissão, símbolo 1-C, do Gabinete da Liderança do PRN, a partir de 1° de abril de 1991;

II - exonerar, a pedido, JOÃO MARIA DOS SANTOS, do cargo em Comissão, símbolo 1-C, do Gabinete da Liderança do PRN, a partir de 1° de abril de 1991;

III - exonerar, a pedido, PATRÍCIA FRANKEN, do cargo em Comissão, símbolo 2-C, do Gabinete de Liderança do PRN, a partir de 1° de abril de 1991;

IV - prover, JOÃO MARIA DOS SANTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-C, do Gabinete da Liderança do PRN, a partir de 1° de abril de 1991;

V - prover, MARIA CONCEIÇÃO LEME FRIEDRICH, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-C, do Gabinete da Liderança do PRN, a partir de 1° de abril de 1991.

VI - prover, VERA ARLANZA CLEVE DE OLIVEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-C, do Gabinete da Liderança do PRN, a partir de 1° de abril de 1991.

(Prot. n° 2828, de 04.04.91).

Palácio "XIX de Dezembro", em 04.04.91

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 189/91

I - exonerar, a pedido, ANTONIO CARLOS SELHORST, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete da Deputada Emília Belinati, a partir de 1° de abril de 1991;

II - prover, MARISA GOETTEL DO NASCIMENTO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete da Deputada Emília Belinati, a partir de 1° de abril de 1991.

(Prot. n° 2853, de 05.04.91).

Palácio "XIX de Dezembro", em 05.04.91

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 190/91

I - exonerar, a pedido, LIZIANE THE-

Curitiba, terça, em 14.05.91

SING LAMB, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Elio Lino Rusch, a partir de 1º de abril de 1991;

II - prover, LIZIANE THESING LAMB, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Elio Lino Rusch, a partir de 1º de abril de 1991.

(Prot. n° 2876, de 08.04.91).

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 191/91

I - exonerar, a pedido, ELISEU RIBEIRO DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de abril de 1991;

II - exonerar, a pedido, CARLOS CAIO MAXIMIMO PERONDI, do cargo em Comissão, símbolo 1-C, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de abril de 1991;

III - prover, ANTÔNIO AUGUSTO CHEROBIM CONSENTINO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de abril de 1991;

IV - prover, TÂNIA MARA DE OLIVEIRA RODRIGUES PERONDI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-C, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de abril de 1991.

(Prot. n° 2906 e 2907, de 08.04.91).

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 192/91

I - prover, VALÉRIA MARIA ACCIOLY, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado José Tavares, a partir de 15 de março de 1991;

II - prover, RENATO CORDEIRO BATISTA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado José Tavares, a partir de 15 de março de 1991.

(Prot. n° 2908, de 08.04.91).

Palácio "XIX de Dezembro", em 08.04.91.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 193/91

I - exonerar, a pedido, ANGELA APARECIDA O. MELLO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Nelson Justus, a partir de 1º de abril de 1991;

II - prover, MÁRCIA MARIA RIBEIRO DO NASCIMENTO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Nelson Justus, a partir de 1º de abril de 1991.

(Prot. n° 2914, de 09.04.91).

Palácio "XIX de Dezembro", em 09.04.91

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 198/91

I - exonerar, a pedido, VERA MARIA NÁPOLI, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Renato Adur, a partir de 1º de abril de 1991;

II - exonerar, a pedido, DEMÉTRIO BALDASSO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Renato Adur, a partir de 1º de abril de 1991;

III - PROVER, DEMÉTRIO BALDASSO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete Renato Adur, a partir de 1º de abril de 1991.

(Prot. n° 2873, de 08.04.91).

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 199/91

I - prover, RICARDO RACHED, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da 2ª Vice-Presidência, a partir de 1º de fevereiro de 1991;

II - prover, ALTAIR LEAL DE LIMA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, do Gabinete da 2ª Vice-Presidência, a partir de 1º de fevereiro de 1991.

(Prot. n° 2923, de 09.04.91).

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 200/91

prover MARCO AURÉLIO TAVARES DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado José Tavares, a partir de 15 de março de 1991.

(Protoc. n° 2997)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 203/91

I - exonerar, a pedido, JOAO BATISTA LOPES, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de abril de 1991;

II - prover ILDA CARTÁRIO RIBEIRO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de abril de 1991.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 204/91

I - exonerar, a pedido, CLÁUDIO DALITZ, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Segurança, da Diretoria de Serviços Especiais, a partir de 1º de abril de 1991;

II - prover, OSMAR TADEU CARDOSO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Segurança, da Diretoria de Serviços Especiais, a partir de 1º de abril de 1991.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 206/91

prover LUIZ CARLOS ANTUNES MACHADO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, da Administração deste Poder, a partir de 1º de fevereiro de 1991.

Palácio "XIX de Dezembro", em 10.04.91

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 208/91

prover FRANCISCO TOMAZ DE QUADROS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Divulgação, da Diretoria de Serviços Especiais, a partir de 1º de fevereiro de 1991.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 209/91

prover ADELAR PIRES DOS SANTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do

Gabinete do Deputado João Arruda, a partir de 1º de março de 1991.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 210/91

I - exonerar, a pedido, MARILENA ANNI-BELLI VELLOSO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenadora Adjunta da Coordenadoria de Suprimentos, da Diretoria de Apoio Técnico, a partir de 1º de abril de 1991;

II - prover AMÉLIA SARQUISSIANO BERTZ, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenadora Adjunta da Coordenadoria de Suprimentos, da Diretoria de Apoio Técnico, a partir de 1º de abril de 1991.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 213/91

prover, os funcionários abaixo relacionados, para exercerem cargos em Comissão junto ao Gabinete do Deputado Eurides Moura, a partir de 10 de abril de 1991, conforme especifica:

DAS-5: EDINO UEMURA

2-G: MÁRIO TETSUNORI UTIYAMA

3-G: GILBERTO ALVES PINTO

3-G: IRINEU LOVATO

(Prots. nºs 3001 a 3004/91, de 10.04.91)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 214/91

I - exonerar, a pedido, ALESSANDRA M. GIOVANNETTI DAROS, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de abril de 1991;

II - prover ELSON PEREIRA MAGALHAES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de abril de 1991.

(Prot. nº 3108, de 10.04.91).

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 215/91

I - exonerar, a pedido, EMÍLIA MORYAMA UEDA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Severino Félix Pessoa, a partir de 1º de abril de 1991;

II - exonerar, a pedido, NILTON MIGUEL DOS SANTOS, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Severino Félix Pessoa, a partir de 1º de abril de 1991;

III - prover TAKAO AOKI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Severino Félix Pessoa, a partir de 1º de abril de 1991;

IV - prover, ROBERTO REIGIRO MATSUKURA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Severino Félix Pessoa, a partir de 1º de abril de 1991;

V - prover GLÓRIA MARTA MATTIOLLI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Severino Félix Pessoa, a partir de 1º de abril de 1991;

VI - prover, EMÍLIA MORYAMA UEDA, para

Curitiba, terça, em 14.05.91

exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Severino Félix Pessoa, a partir de 1º de abril de 1991.

(Prot. nº 3124, de 11.04.91)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 216/91

I - exonerar, a pedido, VALTER GAVA FILHO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Nilton Barbosa, a partir de 1º de abril de 1991;

II - prover IVAN RIBEIRO DE FREITAS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Nilton Barbosa, a partir de 1º de abril de 1991.

(Prot. nº 3200, de 12.04.91).

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 217/91

I - exonerar, a pedido, CLÓVIS GRAPEGIA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Ernani Pudell, a partir de 1º de abril de 1991;

II - exonerar, a pedido, APARECIDA DE FÁTIMA BIANCHINI, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Ernani Pudell, a partir de 1º de abril de 1991;

III - exonerar, a pedido, JOSÉ ALTAMIR AMÂNCIO, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Ernani Pudell, a partir de 1º de abril de 1991;

IV - prover MARIA OLÍVIA BUENO TINO-CO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Ernani Pudell, a partir de 1º de abril de 1991;

V - prover, OCIMAR JOSÉ BAPTISTA BIM, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Ernani Pudell, a partir de 1º de abril de 1991;

VI - prover CLÓVIS GRAPEGGIA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Ernani Pudell, a partir de 1º de abril de 1991.

(Prot. nº 3201, de 12.04.91).

Palácio "XIX de Dezembro", em 12.04.91.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 218/91

I - exonerar, a pedido, OSMILDA MARIA CASAGRANDE DE FREITAS, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Antônio Costenaro Neto, a partir de 1º de abril de 1991;

II - exonerar, a pedido, ELVIRA TEIXEIRA DE CARVALHO, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Antônio Costenaro Neto, a partir de 1º de abril de 1991;

III - prover, OSMILDA MARIA CASAGRANDE DE FREITAS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Antônio Costenaro Neto, a partir de 1º de abril de 1991;

IV - prover, ELVIRA TEIXEIRA DE CARVALHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Antônio Costenaro Neto, a partir de 1º de

abril de 1991;

V - prover, SUELI TEREZINHA VIEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Antônio Costenaro Neto, a partir de 1º de abril de 1991.

(Prot. n.º 3239, de 15.04.91)

Palácio "XIX de Dezembro" em 15.04.91

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N.º 219/91

I - exonerar, a pedido, CLÁUDIO DE TARSO KOPPE, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Toti Colaço, a partir de 1º de abril de 1991;

II - prover ROSELI TYSKI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Toti Colaço, a partir de 1º de abril de 1991.

(Prot. n.º 3257, de 16.04.91)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N.º 220/91

I - exonerar, a pedido, EDSON LUIZ EGÍDIO PIROLLA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da Segunda Vice-Presidência, a partir de 1º de abril de 1991;

II - prover ESTER CAMARGO RIBAS VOLPI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da Segunda Vice-Presidência, a partir de 1º de abril de 1991.

(Prot. n.º 3308, de 16.04.91).

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N.º 221/91

I - exonerar, a pedido, NORBERTO PILLON, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Florisvaldo Fier, a partir de 1º de abril de 1991;

II - prover, ANA INÊS DE SOUZA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Florisvaldo Fier, a partir de 1º de abril de 1991.

(Protoc. n.º 3315/91)

Palácio "XIX de Dezembro", em 16.04.91.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N.º 222/91

I - exonerar, a pedido, ALFEU ANTUNES BRANCO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenador Adjunto da Coordenadoria de Divulgação, da Diretoria de Serviços Especiais, a partir de 1º de abril de 1991;

II - prover, CLEIDE MORALES COSTENARO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenadora Adjunta da Coordenadoria de Divulgação, da Diretoria de Serviços Especiais, a partir de 1º de abril de 1991.

(Protoc. n.º 3323/91)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N.º 223/91

prover, MARIA SOLIDADE VITAL MANSKE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da 3ª Secretaria, a partir de 1º de fevereiro de 1991.

(Protoc. n.º 3238/91)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N.º 224/91

I - exonerar, a pedido, LAURENTINO BORSA, do cargo em Comissão, símbolo 2-C, do Gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1º de abril de 1991;

II - prover, ANSELMO PEREIRA FAUSTO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-C, do Gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1º de abril de 1991.

(Protoc. n.º 3333/91)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N.º 225/91

prover, JOSÉ CARLOS GROSSI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, do Gabinete da 4ª Secretaria, a partir de 1º de março de 1991.

(Protoc. n.º 3371/91)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N.º 226/91

I - exonerar, a pedido, RENATO SCUISSIATTO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Administração de Pagamentos, da Diretoria Financeira, a partir de 1º de abril de 1991;

II - exonerar, a pedido, ALEXANDRE RAGASSI, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, do Gabinete da 1ª Vice-Presidência, a partir de 1º de abril de 1991.

III - prover, ALEXANDRE RAGASSI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Administração de Pagamentos, da Diretoria Financeira, a partir de 1º de abril de 1991;

IV - prover, RENATO SCUISSIATTO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, do Gabinete da 1ª Vice-Presidência, a partir de 1º de abril de 1991.

(Protoc. n.º 3394/91)

Palácio "XIX de Dezembro", em 17.04.91.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N.º 231/91

I - exonerar, a pedido, GISELE TAVARES VELHO, do cargo em Comissão, símbolo 1-C, do Gabinete do Deputado José Afonso Júnior, a partir de 1º de abril de 1991;

II - prover, SONIA MAGALHAES HOLTZ, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado José Afonso Júnior, a partir de 1º de abril de 1991.

(Protoc. n.º 3437/91)

Palácio "XIX de Dezembro", em 18.04.91.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N.º 236/91

designar, TEREZINHA MALTAURO, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, nível NT-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete, da 4ª Secretaria, a partir de 1º de fevereiro de 1991.

(Protoc. n.º 2366/91)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N.º 242/91

I - exonerar, a pedido, JACOB JOSÉ MAS-

CHIO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Cleiton Bordini Crisóstomo, a partir de 1º de abril de 1991;

II - prover, ERIDAN DA SILVA BONTORIN, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Cleiton Bordini Crisóstomo, a partir de 1º de abril de 1991.

Palácio "XIX de Dezembro", em 19.04.91.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 244/91

I - exonerar, a pedido, MARCELO RODRIGO MARTINS SILVÉRIO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenador Adjunto da Coordenadoria de Estudos e Promoções Especiais, da Diretoria de Serviços Especiais, a partir de 1º de maio de 1991;

II - prover, JACIRA MARTINS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenadora Adjunta, da Coordenadoria de Estudos e Promoções Especiais, da Diretoria de Serviços Especiais, a partir de 1º de maio de 1991.

III - autorizar a servidora acima a prestar serviço em regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%), sobre seus vencimentos básicos, a partir de 1º de maio de 1991, de acordo com o Art. 172, item III, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 246/91
exonerar, a pedido, VILMA CECÍLIA DIB, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Renato Adur, a partir de 30.04.91.

(Protoc. n. 3558/91)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 247/91

I - exonerar, a pedido, os funcionários abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão, junto ao Gabinete da Liderança do Governo, a partir de 1º de maio de 1991, conforme especifica:

DAS-5 - OSNI CARVALHO DE SOUZA

DAS-5 - INELI RODRIGUES PEREIRA CORSO

2-C - PEDRINA FERREIRA

2-C - ROSELI MARIA DA SILVA

1-C - MOACIR COSTA

1-C - MARCO ANTONIO DA COSTA

4-C - VANDILURDES UHLEIN

4-C - ANTONIO SEBASTIAO CROZETA

II - exonerar, a pedido, ILDA CARTÁRIO RIBEIRO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de maio de 1991;

III - prover, ILDA CARTÁRIO RIBEIRO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Assessora do Gabinete da Liderança do Governo, a partir de 1º de maio de 1991; e,

IV - autorizar a servidora acima a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem

Curitiba, terça, em 14.05.91

por cento (100%) sobre seus vencimentos básicos, a partir de 1º de maio de 1991, de acordo com o Art. 172, item III, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970.

V - prover, os funcionários abaixo relacionados, para exercerem cargos em Comissão, junto ao Gabinete da Liderança do Governo, a partir de 1º de maio de 1991, conforme especifica:

DAS-5 - CLAUDETE BELTHER BERNARDELLI

2-C - ROBERTO ASSAD KUDRI FADEL

2-C - VANDILURDES UHLEIN

1-C - HERINTON JOSÉ PEREIRA

1-C - SANDRA REGINA ROSSETIN WAGNER

4-C - GISELE TAVARES VELHO

4-C - JUCIMERI APARECIDA MACHADO

VI - autorizar os funcionários acima citados a prestarem serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de (100%) cem por cento sobre seus vencimentos básicos, a partir de 1º de maio de 1991, de acordo com o Art. 172, item III, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970.

(Protoc. n. 3700/91)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 248/91

I - prover, LUIZA LEITE VITAL, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, do Gabinete da 3ª Secretaria, a partir de 1º de fevereiro de 1991;

II - autorizar a servidora acima a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seus vencimentos básicos, a partir de 1º de fevereiro de 1991, de acordo com o Art. 172, item III, da n. 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Protoc. n. 3791/91)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 249/91

exonerar, a pedido, MILTON LEITE ARAÚJO do cargo em Comissão, símbolo 2-C, do Gabinete do PL, a partir de 30 de abril de 1991.

(Prot. n° 3920/91)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 250/91

prover, DIRCEU BUFFARA DE CAMARGO VIANNA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Colombino Grassano, a partir de 1º de abril de 1991.

(Prot. n° 3921/91)

Palácio "XIX de Dezembro", em 02.05.91.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 251/91

I - exonerar, a pedido, JOSEANE DA GUIA BRAINE, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Carlos Simões, a partir de 1º de maio de 1991;

II - exonerar, a pedido, VALTER JOHNSON BOMFIM, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Carlos Simões, a partir de 1º de maio de 1991;

III - prover, MARIA DE LOURDES DA CONCEIÇÃO, para exercer o cargo em Comissão,

símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Carlos Simões, a partir de 1º de maio de 1991.

(Prot. n.ºs 3957 e 4041/91)

Palácio "XIX de Dezembro", em 06.05.91.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N.º 252/91

I - exonerar, a pedido, ORLANDO CARNEIRO DE MELLO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Antônio Setti, a partir de 1º de maio de 1991;

II - prover, DAMARIS ANDREA DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Antonio Setti, a partir de 1º de maio de 1991.

(Prot. n.º 4037/91)

Palácio "XIX de Dezembro", em 06.05.91.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N.º 255/91

I - exonerar, a pedido, CLAUDETE BERTHER BERNARDELLI, do cargo em Comissão, símbolo 1-C, do Gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 1º de maio de 1991;

II - prover, JABES CORREIA DE FRANÇA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-C, do Gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 1º de maio de 1991;

III - autorizar JABES CORREIA DE FRANÇA, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seus vencimentos básicos, a partir de 1º de maio de 1991, de acordo com o Art. 172, inciso III, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. n.º 4082/91)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N.º 256/91

I - exonerar, a pedido, JABES CORREIA DE FRANÇA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Orlando Pessuti, a partir de 1º de maio de 1991;

II - prover, CLÁUDIA ANDREIA DE AZEVEDO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Orlando Pessuti, a partir de 1º de maio de 1991.

(Prot. n.º 4083/91)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N.º 257/91

I - exonerar, a pedido, MARCELO RENAUX WILLER, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Florisvaldo Fier, a partir de 1º de maio de 1991;

II - prover, MARIA DE LOURDES MAZZA DE FARIAS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Florisvaldo Fier, a partir de 1º de maio de 1991;

III - autorizar MARIA DE LOURDES MAZZA DE FARIAS, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seus vencimentos básicos, a partir de 1º de maio de 1991, de acordo com o Art. 172,

inciso III, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. n.º 4085/91)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N.º 258/91

I - exonerar, a pedido, STELA IUBEL, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de maio de 1991;

II - prover, WILSON JOEL LEAL GASINO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de maio de 1991.

(Prot. n.º 4089/91)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N.º 259/91

I - exonerar, a pedido, ALEXANDRE NONO SCHPATOFF VIDAL, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Algaci Túlio, a partir de 1º de maio de 1991;

II - exonerar, a pedido, ALEXANDRE RAGASSI, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Administração de Pagamentos, da Diretoria Financeira, a partir de 1º de maio de 1991;

III - prover, ALEXANDRE RAGASSI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Algaci Túlio, a partir de 1º de maio de 1991;

IV - prover, ALEXANDRE NONO SCHPATOFF VIDAL, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Administração de Pagamentos, da Diretoria Financeira, a partir de 1º de maio de 1991;

V - autorizar ALEXANDRE NONO SCHPATOFF VIDAL, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seus vencimentos básicos, a partir de 1º de maio de 1991, de acordo com o Art. 172, inciso III, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. n.º 4092/91)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N.º 260/91

I - exonerar, a pedido, GILBERTO ALVES PINTO, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Eurides Moura, a partir de 1º de maio de 1991;

II - prover, ODETE TIYOKO ETO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Eurides Moura, a partir de 1º de maio de 1991.

(Prot. n.º 4101/91)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N.º 261/91

I - exonerar, a pedido, FERNANDA CERVI, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado José Artur Ritti, a partir de 1º de maio de 1991;

II - prover, ALFREDO ARAÚJO NETO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado José Artur Ritti,

a partir de 1º de maio de 1991.

(Prot. n° 4132/91)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 262/91

I - exonerar, a pedido, MARIA DE LOURDES DE SOUZA PICOLO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Her-
mas Brandão, a partir de 1º de maio de 1991;

II - prover, GERALDO DOS SANTOS DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Her-
mas Brandão, a partir de 1º de maio de 1991.

(Prot. n° 4139/91)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 263/91

I - exonerar, a pedido, ANTONIO AUGUS-
TO CHEROBIM CONSENTINO, do cargo em Comis-
são, símbolo 4-C, do Gabinete da Liderança
do PSDB, a partir de 1º de maio de 1991;

II - prover, BENEDITO APARECIDO DE PAULA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de maio de 1991;

III - autorizar BENEDITO APARECIDO DE PAULA; a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seus vencimentos básicos, a partir de 1º de maio de 1991, de acordo com o Art. 172, inciso III, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. n° 4143/91)

Palácio "XIX de Dezembro", em 07.05.91.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 264/91

I - exonerar, a pedido, MARISTELA DE PAULA MULLER, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Renato

Curitiba, terça, em 14.05.91

Adur, a partir de 1º de maio de 1991;

II - exonerar, a pedido, CARLOS HENRIQUE SOAVINSKI, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Renato Adur, a partir de 1º de maio de 1991;

III - prover, MARISTELA DE PAULA MULLER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Renato Adur, a partir de 1º de maio de 1991;

IV - prover, CARLOS HENRIQUE SOAVINSKI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Renato Adur, a partir de 1º de maio de 1991.

(Prot. n° 4169/91)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 265/91

prover, ROSSANA VASQUES LOPES DE OLIVEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado José Tavares, a partir de 1º de abril de 1991.

(Prot. n° 4170/91)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 266/91

I - exonerar, a pedido, DANIELE DA ROCHA MODESTO, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de maio de 1991;

II - prover, LOISMARY ANGELA PACHE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de maio de 1991;

III - autorizar LOISMARY ANGELA PACHE, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seus vencimentos básicos, a partir de 1º de maio de 1991, de acordo com o Art. 172, inciso III, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. n° 4179/91)

Palácio "XIX de Dezembro", em 08.05.91.